



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 34 - Nº 672 - DE 4 A 18 DE SETEMBRO DE 2022 - R\$ 5,00



84 anos da fundação da IV Internacional

(3 de setembro de 1938 – 3 de setembro de 2022)

**Reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista
Somente a classe operária organizada e em luta pode
encontrar uma saída progressiva à guerra na Ucrânia
e ao cerco dos Estados Unidos à China**

**COMBATER AS ILUSÕES NAS ELEIÇÕES E DESMASCARAR A FARSA
DAS PROMESSAS DOS CANDIDATOS, LUTANDO POR UM PROGRAMA
DE REIVINDICAÇÕES DOS EXPLORADOS E PELA ESTRATÉGIA
REVOLUCIONÁRIA DO GOVERNO OPERÁRIO E CAMPONÊS**

A guerra na Ucrânia reflete a decomposição do capitalismo

Viva os 84 anos da IV Internacional!

O capitalismo da época imperialista é de guerras, revoluções e contrarrevoluções. Assim, Lênin definiu a fase última da sociedade de classes, baseada na exploração do trabalho do proletariado, na opressão sobre os camponeses pobres, e na dominação de um punhado de nações mais poderosas sobre as demais. Trata-se do capitalismo altamente desenvolvido sobre a base da alta concentração monopolista dos meios de produção, da supremacia do capital financeiro, do controle da economia mundial pelas potências, e do crescente saque dos países coloniais e semicoloniais. Essa caracterização econômica permite ao marxismo concluir que as premissas históricas para a transição do capitalismo ao socialismo estão plenamente dadas. O seja, os fundamentos materiais para as revoluções proletárias estão postos.

Está claro que o capitalismo da época imperialista é de estancamento em geral das forças produtivas. Estas se chocam com as relações capitalistas de produção e distribuição, se decompõem e provocam profundas crises econômicas e sociais. Nessas condições, as potências se lançam à feroz guerra comercial, e essas abrigam as tendências bélicas. É na fase última do capitalismo que se gestaram as duas guerras mundiais. Momento em que se evidenciou que o capitalismo – altamente desenvolvido e esgotado historicamente – empurra o mundo à ruína, e a humanidade, à barbárie generalizada. A falência das democracias nos próprios países mais avançados e a projeção do nazifascismo como ocorreram no período entre a primeira e a segunda guerra somente poderiam e podem ser superados pelas revoluções proletárias, e pelo desenvolvimento mundial das relações de produção socialistas.

Em 3 de setembro de 1938, momento em que as potências imperialistas avançavam os preparativos para a guerra, fundava-se a IV Internacional, sob a direção de Leon Trotsky, expulso da URSS e ferozmente perseguido por Stalin. Passaram-se 84 anos. A IV Internacional se dissolveu sob o impacto de cisões entre frações revisionistas nos anos de 1950 e 1960. Mas, o Programa de Transição, não apenas permaneceu como alicerce para as revoluções e o internacionalismo proletários, como também para a defesa das conquistas da Revolução Russa de 1917 e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, edificada em 1922.

Não havia dúvida de que a tarefa de pôr em pé uma nova Internacional, que ocupasse o lugar da III Internacional, liquidada pelos estalinistas em 1943, era gigantesca para as débeis forças organizativas da Oposição de Esquerda. Tratava-se, antes de tudo, de preservar e desenvolver o programa e a teoria marxista-leninistas, amplamente revisados e deformados pelo aparato burocrático montado pela ditadura estalinista. O que somente seria possível na luta concreta pela organização da IV internacional. De um lado, o nazifascismo se fortalecia, e a guerra imperialista se aproximava; de outro, a III Internacional estalinizada não podia servir de instrumento ao proletariado mundial, para marchar empunhando o programa e a orienta-

ção do bolchevismo, nas condições da guerra impulsionada pelas potências.

Trotsky e seus camaradas viam com absoluta clareza a principal contradição entre as condições objetivas do capitalismo em decomposição, prontas para o avanço da revolução mundial, e a ausência da III Internacional, que passou a servir à política de guerra dos aliados imperialistas da URSS. Eis a premissa básica do Programa de Transição: “Os requisitos objetivos da revolução proletária não só estão maduros, como já começaram a apodrecer. Sem a revolução social no próximo período histórico, toda a civilização humana está ameaçada de ser arrastada para a catástrofe. Tudo depende do proletariado, e, antes de tudo, da sua vanguarda revolucionária. A crise histórica da humanidade reduz-se à crise de direção revolucionária”.

Sobreveio a Segunda Guerra, confirmando a catástrofe. A utilização da bomba atômica pelos Estados Unidos contra o Japão, já derrotado, indicou que, dali para diante, as potências se tornariam mais perigosas para o futuro da humanidade. As revoluções, tendo à frente a Revolução Chinesa de 1949, nove anos após o assassinato de Trotsky, fortaleceram a luta pelo socialismo, mas provisoriamente. O motivo – a destruição da III Internacional e a impossibilidade de a IV Internacional se implantar como força social potente à altura das necessidades da luta de classes.

O fortalecimento transitório da URSS e do regime estalinista após a guerra, acoçados pela “Guerra Fria”, não fizeram senão ressaltar a crise histórica de direção. Era questão de tempo para que sucumbissem, caso a revolução mundial não avançasse nos países de economia adiantada. Foi fatal para o movimento dos explorados a cisão sino-soviética, muito bem aproveitada pelos Estados Unidos e seus aliados. Em dezembro de 1991, a contrarrevolução, gestada no seio do próprio PCUS, sob o comando de Mikhail Gorbachev, levaria à derrocada da URSS. A restauração capitalista ganhou força, amparada pelo imperialismo norte-americano e europeu.

Os conflitos da Rússia com a Ucrânia, em 2014 e 2016, acabaram resultando na guerra que já dura seis meses. No centro da crise mundial que se desenvolve, estão os Estados Unidos. Inevitavelmente, o expansionismo militar norte-americano e da OTAN se volta também contra a China. Não pode haver dúvida de que somente a classe operária organizada tem como combater as tendências de desintegração e de guerra do capitalismo senil.

A luta pela formação dos partidos marxista-leninista-trotskistas e pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista se dá nessas condições. A arma à disposição da vanguarda com consciência de classe é o Programa de Transição. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), embora embrionário, tem em suas mãos a tarefa de impulsionar a luta pela superação da crise de direção.

Viva os 84 anos da IV Internacional!

Em defesa da estratégia de poder da classe operária, por um governo operário e camponês!

O Partido Operário Revolucionário (POR) luta pela independência ideológica, política e organizativa dos explorados, diante das disputas eleitorais pela troca de um governo burguês por outro.

Todos os candidatos mentem que vão diminuir as desigualdades e tirar milhões de brasileiros da condição de miseráveis e famintos

O Partido Operário Revolucionário (POR) luta para que os trabalhadores tomem em suas próprias mãos o programa de reivindicações e combatam com os meios da luta de classes

Nenhuma confiança nos partidos e candidatos que servem aos interesses da burguesia! Nenhuma confiança nas direções sindicais que submetem as centrais, sindicatos e movimentos às mentiras eleitorais!

O Partido Operário Revolucionário (POR) chama os explorados a defenderem seu programa próprio de reivindicações e a votarem nulo nas eleições

Trabalhadores e juventude oprimida, seja lá qual for o candidato eleito para presidente da República, continuaremos a sofrer com o desemprego, subemprego, informalidade, baixo salário, insegurança no trabalho, e todo tipo de dificuldade para a sobrevivência. Milhões de trabalhadores e jovens nunca terão um emprego fixo e carteira assinada. Milhões continuarão a enfrentar, no dia-a-dia, a miséria e a fome. E entre esses milhões, uma multidão de crianças não terá como se livrar das brutais consequências das chagas do capitalismo em decomposição.

É preciso ainda ter claro o que se passa diante dos nossos olhos: as mulheres proletárias continuam a sofrer duramente a discriminação; os pretos pagam um preço alto, desde a ignominiosa escravidão; e os indígenas, que sobreviveram ao genocídio da colonização, não encontram paz, acossados constantemente pelos latifundiários, grileiros, madeireiros e mineradores.

É sobre essa base social, que os capitalistas acumularam um mar de riqueza, e continuam a acumular às custas de nosso suor e dor. Essa minoria patronal – proprietária das indústrias, das terras, das redes de comércio e dos bancos – é quem manda no Estado e nos governantes. Eis por que não é possível constituir um governo da maioria oprimida por meio de eleições. Sempre, em qualquer eleição, por mais que se fale em nome do povo sofrido, o partido e o candidato vencedor servirão à minoria burguesa, que detém o poder econômico.

Quem elege o candidato, em última instância, é o poder econômico, dos industriais, latifundiários, comerciantes e banqueiros. Pode surgir uma pergunta, mas por que então disputam vários partidos e candidatos? Lula, por exemplo, veio da classe operária, portanto, não é capitalista. O próprio Bolsonaro era um militar, que veio da classe média baixa, portanto, também não é capitalista. Não é preciso ser capitalista para pertencer a um partido, se candidatar e vencer as eleições. Mas, seja um candidato operário (ex-operário, no caso de Lula) ou pequeno burguês (ex-militar de classe média, no caso de Bolsonaro), obrigatoriamente, tem de estar submetido ao poder econômico.

A façanha histórica de um ex-metalúrgico, de se tornar presidente, se deve à crise dos partidos tradicionais da burguesia e à desmoralização de seus governos diante da maioria oprimida. Para que o ex-presidente do Sindicato Metalúrgico do ABC desse um salto sideral para a presidência da República, foi preciso a criação do Partido dos Trabalhadores (PT). Não demorou, porém, para que o PT e Lula se sujeitassem às exigências políticas e orga-

nizativas do poder econômico, para que escalassem a muralha de classe que separa a minoria exploradora da maioria explorada. E assim mudassem, definitivamente, de lado.

Estando na presidência por dois mandatos, Lula serviu ao poder econômico. Ou seja, sujeitou-se à administração favorável à grande propriedade privada dos meios de produção, à exploração da força de trabalho dos assalariados e à opressão dos camponeses pobres e indígenas. A sua política de “inclusão social” não mudou em nada o domínio do poder econômico sobre a produção, distribuição e concentração de riquezas. Eis por que também apenas amenizou provisoriamente a miséria e a fome.

E o caso de Bolsonaro? De militar reacionário de classe média, saltou para a Câmara dos Deputados. Não teve de escalar o muro que separa as classes, já fazia parte da política burguesa no nascedouro. Como deputado, se projetou por encarnar a política ultradireitista de uma fração da burguesia (agropecuáristas, latifundiários, comerciantes, etc.) e dos militares aferrados ao golpe de 1964.

Bolsonaro se aproveitou da crise do governo Dilma Rousseff, do golpe de Estado e da ditadura civil de Temer para arrebatar eleitoralmente os explorados, nas eleições de 2018. Contou, para isso, com o apoio dos pastores evangélicos. O que aconteceu? Bolsonaro se mostrou incapaz de proteger os pobres e miseráveis da Pandemia que assolou o Brasil por dois anos. Sua política favoreceu o fechamento de fábricas, a demissão em massa e a escalada da miséria e fome. Lula se livrou da condenação da Lava Jato e saiu triunfante da prisão, graças à profunda crise do governo Bolsonaro.

A maioria da população pobre está pela volta de Lula à presidência, porque em seu mandato a economia cresceu, a taxa de desemprego caiu, e houve a possibilidade de o governo petista viabilizar os programas de assistência social. Para isso, contou com o apoio do poder econômico, que se fartou em concentrar riquezas. Esse também foi o motivo pelo qual as direções sindicais e dos movimentos se anularam durante o governo Lula, indo às últimas consequências com a política de conciliação de classes. Durante a Pandemia, essas mesmas direções foram incapazes de combater as medidas antioperárias e antipopulares de Bolsonaro.

A campanha das direções sindicais contra o “negacionismo” bolsonarista, colocando-se ao lado do governador Doria, serviu apenas para acobertar a aplicação do plano de emergência, que permitiu os “acordos” de redução salarial e quebra de direitos,

previstos na MP 936. O desemprego, a informalidade e a miséria deram um salto à frente, sem que as direções sindicais organizassem qualquer resistência dos empregados e desempregados, em defesa dos postos de trabalho, dos salários, dos direitos e da proteção contra a Pandemia. Todos os sindicatos ficaram fechados por dois anos, quando a maioria dos trabalhadores se via obrigada a trabalhar e a arcar com as duras consequências da política burguesa do isolamento social.

Agora, os candidatos gastam milhões em campanha eleitoral, para arrastar os oprimidos a eleger um novo governo burguês. E Bolsonaro lançou mão das artimanhas do assistencialismo social, a exemplo dos R\$ 600,00 do “Auxílio Brasil”, para enganar as massas miseráveis, e se potencializar na disputa com Lula. Essa é a democracia dos ricos: as eleições são regadas a bilhões e movimentadas sobre a base das mentiras, das promessas e dos enganamentos.

Se os trabalhadores e a juventude podem parar para pensar um minuto, verão que não é possível a um partido verdadeiramente proletário, classista e revolucionário participar com candidaturas anticapitalistas e socialistas na democracia dos ricos. Verão por que somente alguns candidatos têm acesso aos meios de comunicação.

Para agravar, as candidaturas de esquerda do PSTU e PCB, apesar de não estarem enquadradas nas condições da democracia dos ricos, não se mostram capazes de defender a estratégia da revolução proletária, o programa de reivindicações dos explorados e a tática da luta de classes. Se lutassem contra a democracia burguesa com as armas da democracia

operária, tudo fariam para mostrar aos oprimidos que, por meio da democracia dos ricos e das eleições, elegerão mais um governo opressor do povo e defensor da minoria capitalista.

Trabalhadores e juventude oprimida, é fato que ainda não temos um poderoso partido operário revolucionário capaz de utilizar as eleições para desmascarar a farsa eleitoral do sistema de poder burguês. O POR está em construção, por isso não tem como comparecer com candidaturas revolucionárias, para mobilizar os explorados em defesa de seu programa próprio de reivindicações. E, como dissemos, dificilmente teremos no futuro um partido fiel às necessidades e às lutas da classe operária, que se imponha pela força social das massas oprimidas à democracia dos ricos, para lutar contra a ditadura de classe da burguesia sobre os explorados e pela conquista do poder pela revolução proletária. Somente os

partidos que se submetem, de uma forma direta ou indireta, à democracia dos ricos, ou seja, à democracia burguesa, podem entrar nesse paraíso dos privilégios, das vantagens do poder econômico, da autoridade sobre os explorados, das mentiras e da corrupção.

Esses são os motivos que fazem com que o Partido Operário Revolucionário (POR) chame os trabalhadores e a juventude a votarem nulo. Mas, é preciso ainda ter claro que não basta anular o voto. Por mais importante que seja esse ato político de consciência de classe, é preciso não parar por aí. Temos de unir nossas forças em defesa de um programa próprio, que levante as massas pelo emprego, salário, direito, moradia, saúde e educação; pela revogação das reformas trabalhista e previdenciária; pelo fim da lei da terceirização; pelo fim de todas as discriminações raciais e sexuais; pelo direito irrestrito de greve e de manifestação; pela livre organização dos trabalhadores nos seus locais de trabalho; pelo fim das

chacinas promovidas pela polícia; pelo direito de autodefesa dos oprimidos diante de seus opressores, etc.

Temos de lutar unidos desde os locais de trabalho e de moradia, em defesa de um poder próprio da classe operária e dos demais explorados – um governo operário e camponês, que nasça da democracia das massas em luta, e que tenha por objetivo expropriar a burguesia, enterrar o capitalismo apodrecido e esfomeador, e erguer a sociedade socialista, sem exploradores e sem explorados.

É preciso ainda entender que a crise política e as eleições no Brasil ocorrem em um momento grave da crise mundial, marcada pela guerra na Ucrânia e o cerco

do imperialismo à China. Os explorados do mundo inteiro estão arcando com a retração econômica, o desemprego e a alta do custo de vida. O Partido Operário Revolucionário se empenha na campanha internacionalista do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) em propagandear e agitar as bandeiras: fim da guerra, desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas, revogação das sanções econômicas dos Estados Unidos à Rússia, autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia.

As tarefas da luta nacional e internacional exigem a construção do Partido Operário Revolucionário.

Vote nulo, em defesa do programa de reivindicações, da luta coesa dos empregados e desempregados, e pela construção do POR.

Grupo de sindicalistas lança manifesto “Recuperar a CUT para a luta” Com a subserviência ao PT e a Lula, não se recupera a CUT para a luta

Tivemos contato com um manifesto assinado por 96 dirigentes sindicais, em que defendem a recuperação da CUT para a luta, e levantam um conjunto de reivindicações: Revogação da reforma trabalhista de Temer; Revogação da reforma previdenciária de Bolsonaro; Não às privatizações das estatais e serviços públicos; Fim do teto de gastos imposto pela EC 95; Aumento emergencial de salários no combate à fome e à inflação; e Tabelação dos preços dos itens da cesta básica. Ao que tudo indica esse manifesto é dirigido pela corrente O Trabalho, interna ao PT.

Temos acordo geral com as reivindicações levantadas no manifesto, já que formam o ponto de partida para a luta dos explorados por suas condições de vida. Também temos acordo com a necessidade de colocar a maior central sindical do país, a CUT, a serviço dos explorados. Essa necessidade ficou ainda mais evidente no dia 11 de agosto, quando a direção da CUT (PT) assinou as cartas pela democracia junto com a intelectualidade burguesa e os representantes diretos da burguesia, como a Febraban e Fiesp. A tão repetida “aliança entre capital e trabalho” nesse movimento

burguês pela democracia não passa de uma aliança entre capital e os representantes do trabalho. Aí está a necessidade da classe operária em forjar novas direções classistas, combativas e revolucionárias, nos sindicatos, centrais e movimentos populares.

Diferente do que diz a carta, os ataques sofridos pela classe não começaram com a “reforma trabalhista de Temer e durante o governo Bolsonaro”, mas muito antes, com a reforma previdenciária de Lula e o conjunto de ajustes feitos nos governos Dilma. Mais importante ainda, foi o papel desempenhado pelas direções diante desses ataques. Isso ficou mais evidente depois do golpe de 2016. A crítica correta à paralisia da CUT, e ao abandono da bandeira de revogação da reforma trabalhista, aprovada na plenária nacional da CUT de 2021, não pode ocultar que o abandono da luta contra essa reforma se deu ainda em 2017, quando recusou a continuidade a greve geral de 28 de abril, realizando o 1º de Maio (três dias depois) fragmentado e festivo, enquanto a reforma seguia para a aprovação final no Congresso.

O manifesto fala em “exigir de nossos candidatos e de Lula o compromisso em rever cada uma das medidas adotadas contra o povo, como foi o caso da EC 95, a reforma da Previdência e trabalhista, e revogar a contrarreforma do ensino médio, que abre espaço para a privatização da educação.” Fica claro o jogo de palavras, onde para algumas medidas é usada a palavra “rever”, e para a reforma do Ensino Médio, a palavra “revogar”. Ocorre que a Corrente O Trabalho não pode

ir até o fim em suas críticas e ser consequente, isso por que não está disposta a romper com aqueles que atuaram decisivamente para que chegassemos à calamitosa situação atual.

Como se vê, a Carta-Manifesto é salpicada de boas intenções, mas não basta. O principal está em que o documento é eleitoreiro e seguidista. Eis a essência do objetivo da Carta: “a importância de eleger Lula presidente em outubro, para reconstruir e transformar o Brasil.” e em seguida, “a necessidade de uma Constituinte para reconstruir a nação e revogar todos os ataques feitos contra os nossos direitos e conquistas, via de regra através de PECs. Sim, pensamos que a eleição de Lula pode e deve abrir o caminho para essa reconstrução e transformação [...]”

A corrente O Trabalho há muito se adaptou ao reformismo do PT e ao burocratismo sindical da CUT. A Carta-Manifesto não altera essa subserviência. Ao contrário, a reafirma. Os petistas de esquerda criticaram a aliança de Lula com Alckmin, mas a aceitaram passivamente. Está claro pela experiência, que Lula governará para a burguesia e, sobretudo, para o grande capital. A direção da CUT tudo fará para que a classe operária não se revolte contra o governo burguês de Lula, caso seja eleito. A tarefa da militância revolucionária é a de combater pela independência da classe operária e de suas organizações, diante de qualquer que seja o governo, que saia vitorioso em outubro. Esse combate se dá sobre a base de um programa próprio dos explorados e com seus métodos da luta de classes.

Paraná

As eleições em um Estado oligárquico

O Paraná é um estado agrário, dominado por oligarquias tradicionais desde o século XIX, às quais se somam, vez ou outra, novas famílias de políticos e empresários em ascensão no capitalismo agrário predominante. Foi assim o ingresso da família Richa, após José Richa ter pulado de prefeito de Londrina para governador do estado, na década de 1980; também a família Belinati, inicialmente com Antônio Belinati, que comandou por vários mandatos a prefeitura de Londrina, e depois emplacou vários familiares na política paranaense, e agora é o Ratinho Jr., (PSD), atual governador e filho do dono de canal de TV, e também agropecuarista, Ratinho (Carlos Roberto Massa), que já foi até deputado federal.

Ratinho Jr., aliado do Bolsonaro durante os últimos quatro anos, aparece na frente nas pesquisas de intenção de voto, com folgados 50%, bem na frente do Roberto Requião (ex-governador e senador por vários mandatos, e recentemente filiado ao PT), que amarga apenas 22% das intenções, em pesquisa divulgada na quarta feira, dia 31 de agosto. Ao que tudo indica, Ratinho Jr. deve vencer no primeiro turno.

A gestão do Ratinho Jr. foi abertamente em favor dos grandes grupos empresariais, a quem favoreceu com monumentais isenções de impostos. Em 2021, o valor das isenções foi de R\$ 12,4 bilhões. A previsão para 2022 é de um aumento de 40%, o que levará o estado a abrir mão de R\$ 17,4 bilhões em receitas. Isso equivale a 31% do orçamento do Paraná para o ano que vem. Em contrapartida, manteve o arrocho salarial do funcionalismo público, que já acumula 37% de perdas, após 6 anos sem nenhuma reposição. Além de desmontar os serviços sociais importantes, principalmente na educação e atacou as universidades, que serão enxugadas nos próximos anos, reduzindo o seu custeio, e o número de docentes e técnicos a um mínimo, ajustando esses quantitativos segundo critérios das escolas privadas.

Coerentemente com o predomínio da política reacionária das oligarquias paranaenses, as candidaturas de Lula e Bolsonaro aparecem nas pesquisas feitas pelo “Instituto Opinião”, como “tecnicamente empatadas”, Lula ostentando 41,3%, e Bolsonaro, 37,1%. Há que lembrar ainda que foi no Paraná que Lula sofreu um atentado a bala durante uma caravana realizada em 2018, prévia às eleições que posteriormente foi impedido de disputar. E também foi em Foz do Iguaçu/PR, onde o tesoureiro do PT local foi assassinado recentemente por um policial bolsonarista. E onde não são raros os assassinatos de trabalhadores sem-terra.

Para o Senado, a disputa ocorre entre dois trãsfigas contumazes: Álvaro Dias (Podemos) e Sérgio Moro (União Brasil). Estes dois próceres da direita nacional e estadual aparecem na frente nas pesquisas. A. Dias, com 32%, e Moro, com 23%, indicando que não está “tudo dominado” para Álvaro Dias, um dos mais longevos políticos profissionais do país.

Os outros partidos pouco contam nas disputas pela Câmara, Senado e Assembleia Legislativa. Dos agrupamentos de “esquerda”, PCO e PSOL têm candidaturas ao Senado, assim como para deputados estaduais e federais, mas dificilmente conseguirão enfrentar as poderosas máquinas econômico-eleitorais dos principais partidos. Mesmo assim, enchem a boca para fazer a defesa da democracia burguesa, além de abandonar qualquer movimento de resistência das massas trabalhadoras, que lutam pela sua sobrevivência em nome das eleições.

Na mesma pesquisa de preferências eleitorais, os votos brancos e nulos somam 9% para governador, e 16% não sabem ou não responderam; para o Senado, os brancos e nulos somam 8%, e não sabem ou não responderam foram 22%; e, para presidente, brancos e nulos foram 5,9%, e 4% não sabem ou não responderam. Indicando um potencial de descrença e diminuição das ilusões democráticas.

Boletim Nossa Classe- setembro

Política Operária

Não vamos deixar que o eleitoralismo desvie o caminho da luta

Vem crescendo o descontentamento nas fábricas com os baixos salários, a perda de direitos e a terceirização. As centrais e sindicatos, em vez de unir a classe operária em um movimento por um programa de reivindicações, correm atrás das eleições. Escondem que qualquer que seja o candidato eleito governará para os patrões. A classe operária tem de lutar pelo seu próprio poder a ser conquistado por meio da revolução social. Somente um governo operário e camponês poderá resolver o problema da miséria e da fome.

A crise econômica do capitalismo não permitirá que o próximo governo cumpra

a promessa de recuperar milhões de postos de trabalho, acabar com a inflação, repor as perdas salariais, aumentar o valor do salário mínimo e, assim, acabar com a miséria e a fome.

Em contraposição à farsa eleitoral burguesa, o Boletim Nossa Classe vem fazendo a campanha com as bandeiras: Nenhuma ilusão nas eleições, organizar a luta pelos empregos, salários e direitos. Neste momento, é preciso dar força à campanha salarial dos metalúrgicos do ABC. Um grande movimento por emprego e salário mostrará aos trabalhadores de todo o país o caminho da

luta direta e pela organização independente.

O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores a não confiarem nas eleições burguesas e nas promessas dos candidatos. Chama a confiarem em suas próprias forças coletivas. A exigirem que os sindicatos convoquem as assembleias e organizem a greve, como instrumento para impor aos patrões nossas reivindicações. Organizar os comitês de empregados e desempregados. Trabalhar por constituir as comissões de fábrica. Formar as oposições sindicais classistas e combativas.

Denúncia dos operários da Mercedes Resposta do Boletim Nossa Classe

Os operários da Mercedes de São Bernardo do Campo denunciaram ao Nossa Classe, que os encarregados e o RH estão obrigando companheiros que possuem doenças do trabalho, adquiridas na produção, e já reconhecida pelo INSS, a trabalharem em funções que são incompatíveis com sua doença. Trabalhadores que não podem mais dirigir empilhadeiras, o chefe está mandando ir trabalhar na linha de montagem, ou qualquer outro setor incompatível, sem nenhuma avaliação do médico, ou do membro da CIPA. Alguns companheiros não suportam o ritmo acelerado da linha, e saem do setor de ambulância. A multinacional destrói os operários fisicamente, mas quer continuar explorando, até extrair seu último respiro.

Esse não é um problema apenas dos operários da Mercedes. Isso ocorre em todas as montadoras, autopeças e demais setores. As empresas, com a conivência da direção do sindicato, há muito tempo deixaram de abrir a CAT – comunicação de acidente de trabalho – que tem a função de registrar e notificar à Previdência

Social sobre a ocorrência, a fim de garantir a assistência aos trabalhadores. Os companheiros informam que quando procuram os diretores do sindicato, para denunciar o que está fazendo a chefia, os pelegos falam descaradamente que “a empresa está certa, que ela demorou em colocá-los na linha de produção”.

Responde o Boletim Nossa Classe: Companheiros, o sindicato pertence aos trabalhadores. É necessário pressionar e exigir que a direção do sindicato convoque imediatamente uma assembleia geral, unificada com todos os trabalhadores, para impor por meio da ação direta, a abertura da CAT e postos compatíveis para todos os trabalhadores com doença ocupacional. Devemos ligar a luta pelas reivindicações de saúde à luta em defesa dos empregos e salários, pela efetivação de todos os operários com contrato temporário, efetivação de todos os terceiros, fim da terceirização, e a defesa da redução da jornada, sem redução de salário. Será na luta, defendendo suas reivindicações, que os operários irão expulsar a burocracia vendida da direção do sindicato. ■

Denúncias dos cipeiros e técnicos de segurança no Trabalho

Em 23/02/2022, morreu o operário na Cinpal, metalúrgico, após sofrer um acidente de trabalho. O patrão da Cinpal não se manifestou. Em abril, os operários da RECAP Mauá denunciaram a falta de EPIs corretos, botas e até falta de protetor auricular. Ainda em abril, um operário ficou ferido e outro morreu, após uma explosão na fábrica química Megaquímica, de embalagens para produtos químicos.

Nas portas das fábricas em que distri-

buímos o Boletim Nossa Classe, ouvimos várias reclamações dos operários pela falta de segurança no trabalho. No mês de agosto, ouvimos os operários que são cipeiros, e alguns técnicos de segurança no trabalho, denunciarem que os patrões não respeitavam os cipeiros e os técnicos, quando estes apontam os problemas em determinados equipamentos. Que os chefes, na maioria das vezes, são os capatazes do patrão, não ouvem as reclamações, e ainda jogam para

escanteio os cipeiros e os técnicos.

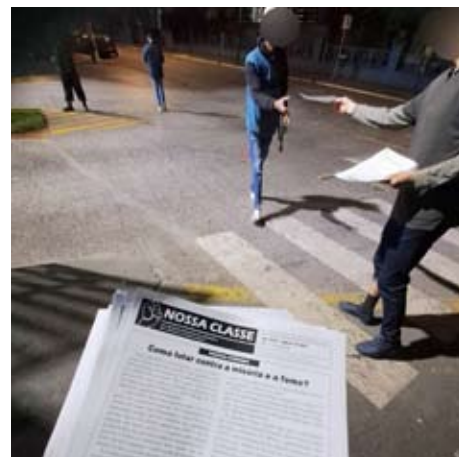
Mas têm as experiências positivas, enfrentadas pelos cipeiros e os técnicos, dizem os militantes do Boletim Nossa Classe. Essas ocorrem quando estes estão juntos com todos os operários, para fazer pressão sobre os patrões. Portanto, a forma de mudar a opressão e os acidentes de trabalho, que muitas vezes destroem a vida dos operários e de sua família, é a organização e a luta. ■

Distribuição do Boletim Nossa Classe na Mahle, autopeças no ABC

No início, tivemos maior dificuldade em distribuir diante do portão da área das catracas – agora reduzidas a uma catraca –, porque a corrente de isolamento mantida desde o início da Pandemia estava, pela primeira vez, presa ao corrimão mais próximo de nós, impedindo os operários e operárias, que desciam, de virem até o portão pegar o Boletim. Só depois de um operário passar por baixo da corrente e derrubá-la junto com um cone e sua haste de sustentação, é que pudemos entregar aos demais operários, aos quais entregamos três exemplares do NC. Alguns poucos operários pegaram somente um exemplar.

O diretor do sindicato e membro do comitê sindical, responsável pela conhecida ameaça de eliminação física de um dos militantes do POR, que distribui o

Boletim, passou pela catraca entre vários operários que saíam e, quando já se preparava para subir as escadas, olhou na direção do militante e, antes de vir na direção do NC, depois de dizer para si mesmo e a seus colegas “Opa! Deixa ‘eu’ pegar um Boletim!”, veio buscar e levou os três Boletins estendidos a ele. Não demonstrou reconhecer o militante, nem se achar reconhecido. Da mesma forma em que veio, voltou-se para a fila de operários, que subiam as escadas: ouviu (assim como os demais operários) do militante que o Boletim Nossa Classe continua com a campanha, longa, dura, difícil, mas necessária (ao que foi ouvindo e concordou, já nos primeiros degraus de subida da escada: “isso mesmo!”, enquanto o militante continuava a fala) de defender os



empregos, os salários e direitos, não ter qualquer ilusão nas eleições, e lutar com nossas próprias forças. O restante dos Boletins foi distribuído diante do gradil do estacionamento. ■

Distribuição do Boletim Nossa Classe Ecetista

Novas denúncias dos trabalhadores dos Correios e as respostas do Nossa Classe

No momento da distribuição do Boletim Nossa Classe, os trabalhadores terceirizados denunciaram: “somos obrigados a carregar todos os caminhões antes da refeição (almoço etc.)”. Portanto, está sendo negado o direito, fixado por lei, de que não pode passar mais de 6 horas entre uma refeição e outra. Os trabalhadores efetivos denunciaram de que corre um rumor na empresa de que terão de trabalhar aos sábados, como os terceirizados.

Essas denúncias comprovam o avanço da destruição de direitos e o aumento da superexploração do trabalho. A terceirização vem tomando conta dos Correios e as empresas terceirizadas sugam, o quanto podem, os trabalhadores. As condições de trabalho e os salários dos efetivos, por sua vez, são iguais para abaixo com os terceirizados.

Por outro lado, as direções sindicais acabam naturalizando o avanço da terceirização. Não por acaso, os trabalhadores terceirizados são marginalizados da campanha salarial, que têm

como data-base o mês de agosto. Não há uma luta pela efetivação de todos os terceirizados e pelo fim da reforma trabalhista, que implantou a terceirização para todos os fins. Assim, a empresa estatal (ECT) aproveita para impor salários miseráveis, precarizar ainda mais as condições de trabalho, e não atender as reivindicações dos trabalhadores efetivos. Diante das ameaças de greve, lançadas pelo sindicato, conta a seu favor com os terceirizados para quebrar o movimento.

O Boletim Nossa Classe Ecetista vem defendendo a unidade dos trabalhadores dos Correios, o fim da terceirização, a efetivação de todos os terceirizados, a reposição das perdas salariais, e a defesa dos direitos que foram arrancados com a brutal reforma trabalhista. Faz parte da campanha do Boletim Nossa Classe, a luta contra a privatização dos Correios, o que implica um combate nacional por parte das centrais e sindicatos às privatizações do governo Bolsonaro. ■

Rio de Janeiro

Ato na UERJ pede a recontração de terceirizados

No último dia 29, foi realizado na UERJ campus Maracanã um ato pela recontração de 80 trabalhadores terceirizados da faxina, demitidos no dia 22, mediante ao término do contrato entre a Appa Empregos e a Universidade. Além da demissão dos terceirizados, os

trabalhadores que permaneceram no campus estão trabalhando em péssimas condições, sem direitos trabalhistas e previdenciários, além da necessidade de arcar com os custos de transporte do próprio bolso.

O ato, que se iniciou no 12º andar

da universidade, foi descendo por todo o prédio, agitando os estudantes que se somaram ao movimento até o seu término, na parte do térreo. Nós, do Partido Operário Revolucionário, estivemos presentes e apoiando o movimento. Sabemos que essa situação

tem sido enfrentada por trabalhadores em diversos setores, educação, fabril, saúde, etc. Aí está a necessidade de um movimento nacional contra as terceirizações.

Reconhecemos a legitimidade do ato e a necessidade de defender as necessidades básicas dos explorados, como empregos, salários e direitos trabalhistas, mas reforçamos que a luta deve se

expandir para exigir o fim das terceirizações e da precarização do trabalho. Sob as bandeiras de contratação direta de todos os trabalhadores e estabilidade no emprego. ■

Boletim da Corrente Proletária – Docentes ANDES-SN e SINASEFE

O boletim de agosto da CPE se centra na denúncia da colaboração de classes, que agora se expressa na frente ampla burguesa, que objetiva eleger Lula/Alckmin, e no aparelhismo das direções sindicais, as quais não atuam para organizar os trabalhadores da educação nas universidades e institutos federais, e não atuam para a unidade com a classe operária e o conjunto dos trabalhadores, em defesa dos empregos, dos salários e dos direitos.

A matéria central, “Balanço do 11A: O caminho para enfrentar o golpismo não passa pela unidade com a Febraban e Fiesp”, faz um balanço, não só dos atos de 11 de agosto, que contaram com a adesão do Andes-SN e Sinasefe, mas de toda a política de conciliação de classes, montada há décadas, e que apenas muda de forma e que. Na atualidade, a conciliação se apresenta como luta “contra o golpismo”, mas que, na prática, só produz a ilusão nas instituições burguesas, porque não se apoia nas reivindicações da classe operária ou do conjunto dos trabalhadores. Enquanto as direções se lançam na defesa da candidatura de Lula/Alckmin, ignoram a situação de vida das massas, e a necessidade de erguer uma luta nacional em defesa dos empregos, dos salários e dos direitos.

Na crítica à submissão dos sindicatos ao calendário eleitoral, a matéria “FONASEFE não organiza a luta pelas reivindicações do funcionalismo” destaca o imobilismo: “As ‘Jornadas de luta’ são convocadas de forma esporádica e submetidas aos vaivéns da política parlamentar e das disputas interburguesas. A última semana das ‘Jornadas’ foi entre 01 a 03 de agosto, e já trazia o mote da ‘defesa da democracia’. A submissão do Fonasefe e Andes-SN à frente burguesa, que se materializou nas cartas em defesa da ‘democracia’ e no 11A, os distancia cada vez mais da defesa das reivindicações do funcionalismo e dos trabalhadores”.

Na matéria sobre o “III Encontro de mulheres do SINASEFE”, a crítica à despolitização e ao eleitoralismo do Encontro foi apresentada duramente: “O tema do encontro era ‘As mulheres vão derrotar o fascismo: pela vida de todas as mulheres e em defesa dos serviços públicos’, mas nem de longe as atividades estavam voltadas a tal objetivo. A direção deforma

o conceito de fascismo e, na prática, tudo se resume a tirar Bolsonaro do poder por meio da eleição de Lula. O primeiro dia foi ‘livre para conhecer a cidade’, mostrando a arregimentação despolitizada, usando os recursos do sindicato para financiar o turismo. Oficinas improvisadas se centravam no ‘autocuidado’. A conferência de abertura foi um showmício, em que se martelou a necessidade de eleger Lula/Alckmin no primeiro turno. As correntes dirigidas pelo PT (1º de Maio) e PSOL (Pão e Rosas) disputavam quem era mais lulista”.

O Boletim ainda trouxe uma breve nota sobre o CONAD Extraordinário do ANDES-SN, que ocorrerá em novembro, e cujo objetivo é avaliar a participação na Central para desfilial o sindicato da CSP-Conlutas. Criticamos novamente o divisionismo aparelhista, agora do PSOL e do PCB, que reproduz o mesmo divisionismo do PSTU do passado. Avaliar crítica e autocriticamente a participação na CSP-Conlutas só poderá ocorrer com a defesa de uma Única Central, construída sob a democracia operária. Fora desta posição, o que se tem é mais oportunismo de correntes que, ou querem criar uma nova central para “chamar de sua”, ou querem apenas o retorno à burocracia cutista (no caso de a corrente “O Trabalho/PT”).

Por fim, há uma última matéria convocando para o “Grito dos excluídos”, mostrando que é preciso utilizar a data, reivindicada no passado para fazer oposição aos governos, para defender uma plataforma de lutas que unifique os explorados em torno de suas reivindicações e métodos de luta. Afirma: “A CPE/POR estará presente com a defesa de que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um verdadeiro dia nacional de lutas por empregos, salários e direitos, com bloqueios e paralisações. Diante da ofensiva imperialista no mundo e no Brasil, defenderemos a campanha pelo fim da Guerra na Ucrânia, pelo desmantelamento da OTAN e suas bases militares, pela integridade territorial e autodeterminação ucraniana e contra a escalada militarista dos EUA contra a China. Defenderemos a frente única anti-imperialista contra o entreguismo, as privatizações e contrarreformas. Oporemos às ilusões nas eleições e defenderemos o voto nulo pela construção do partido operário revolucionário”. ■



Ceará

Boletim da Corrente Proletária - estudantil

O Boletim denuncia que, no início de julho, a Reitoria da Universidade Estadual do Ceará (UECE) adotou o entendimento publicado pelo Ministério da Educação (MEC), de 6 de julho de 2022. Tal publicação modifica o critério de contratação pela administração pública em ano eleitoral, implicando a proibição de renovação

de contratos temporários preexistentes durante o período eleitoral. É importante mencionar que, em anos anteriores, isso não acontecia.

Essa decisão irá resultar na demissão de 96 professores, a partir de 1º de setembro. Tal ataque não afeta apenas os professores, que perderão os empregos, mas toda a Universidade Estadual do Ceará, visto que a medida irá afetar inúmeras disciplinas de 14 cursos, distribuídos por todo o estado, colocando em risco o próprio funcionamento da universidade. A situação é agravada pelo fato de a burocracia universitária (administração superior) ter sido notificada da posição da Procuradoria Geral do Estado (PGE) desde julho, e só agora, às vésperas das demissões, ter comunicado à comunidade universitária.

Uma parcela do movimento estudantil se mobilizou junto aos professores, realizando atos reivindicando a renovação dos contratos dos professores. O ato de 29 de agosto contou com uma boa participação de estudantes, que inicialmente se concentraram na reitoria e, em seguida,

se dirigiram à Av. Silas Munguba, que foi bloqueada.

Lembremos que as demissões de professores fazem parte dos constantes ataques contra a educação pública em seus diversos níveis. Só um amplo movimento de estudantes, professores e trabalhadores, fazendo uso dos métodos da ação direta, será capaz de defender a educação contra os ataques dos governos.

A Corrente Proletária Estudantil/POR defende a convocação de assembleia geral dos estudantes para organizar um plano de lutas contra as demissões e demais ataques do governo/reitoria.

O Boletim também denuncia as ameaças de Hidelbrando contra os integrantes do Movimento estudantil, por ato no RU e de fechar restaurante em caso de novo ato. Trata-se de uma clara perseguição aos ativistas do Movimento Estudantil. A Corrente Proletária Estudantil/POR se posiciona contra qualquer perseguição política e pelo fim da chantagem da Reitoria em fechar o RU em caso de nova mobilização.

São Paulo

Avaliação do V Congresso Regional do Sindicato dos Funcionários de Escolas (Afuse)

O V Congresso evidenciou a incapacidade da direção do sindicato de organizar um Congresso massivo, com participação ativa dos funcionários de todas as escolas da capital. Reuniu apenas 40 funcionários. E por que isso ocorreu? Há várias razões: 1) o sindicato ficou fechado por dois anos, durante a Pandemia, quando os funcionários foram obrigados a retornar ao trabalho e a conviver com o avanço do contágio e mortes; 2) a rejeição em convocar assembleias e reuniões presenciais para a organização da luta pelas reivindicações, quando o governo mais atacava os funcionários; 3) o descaso da direção do sindicato com o avanço da terceirização e a fragmentação dos funcionários entre efetivos e terceirizados; 4) o controle burocrático do sindicato e a imposição da política de colaboração de classe; 5) a despolitização de uma parcela de funcionários, que confunde sindicato e a sua direção política e, assim, se recusa a filiar-se, e atuar para combater a direção, que se apossou do sindicato desde os anos de 1990.

A convocação de um Congresso Regional presencial poderia sinalizar uma mudança de conduta da direção, desde que tivesse o objetivo de discutir um balanço e aprovar um plano de lutas para recuperar o terreno perdido. Mas não era essa a pretensão da burocracia. Pretendia fazer um Congresso aberto (sem preparação desde as escolas e sem delegados eleitos), para alimentar ilusões

nas eleições e divulgar a campanha dos candidatos petistas, em particular as candidaturas de Lula e Haddad.

O V Congresso se resumiu a duas mesas: 1) uma sobre a conjuntura; 2) outra sobre a mulher negra. O ponto da conjuntura contou com as exposições do secretário da CUT de Organização e Política Sindical, Hécio Aparecido Marcelino, e de João Marcos, presidente da Afuse. Cada um teve 20 minutos. As colocações dos funcionários foram de dois minutos, na forma de pergunta aos debatedores. O ponto sobre a força da Mulher Negra teve como expositoras Rosa Maria da Costa e Rosana Aparecida da Silva, diretoras da Afuse. Todos os expositores tiveram como objetivo mostrar que o caminho para a mudança está na eleição de outubro. Está em "votar certo", que somente assim será possível amenizar a fome, a miséria e o racismo.

Os debatedores e a direção da Afuse contaram com o tempo de exposição e, depois, com o tempo das respostas. Ao plenário, ficou reservado apenas o direito aos dois minutos. Chamou atenção a colocação do Secretário da CUT, de responsabilizar as mobilizações dos estudantes pelo passe-livre em 2013, o movimento contra o desperdício de dinheiro com a Copa do Mundo ("Não vai ter Copa") e a política do PSTU do "Fora todos", pelo golpe de Estado de 2016. Isso para justificar a aliança, agora, do PT com os

golpistas, entre eles Alckmin, Renan Calheiros e outros caciques da burguesia, em torno da candidatura de Lula.

A Corrente Proletária compareceu ao Congresso Regional com uma tese, que incluía uma posição sobre a situação internacional, nacional, balanço da direção sindical e plano de lutas. No entanto, a direção da Afuse é tão burocrática que não colocou na pauta do Congresso a discussão das teses. Limitou o Congresso à exposição dos convidados e da direção do sindicato. Cabendo ao plenário assistir passivamente. Mesmo nessas condições tão desfavoráveis, a Corrente Proletária usou o seu tempo para expor a sua tese, que havia sido distribuída aos funcionários. Defendeu a independência de classe, combateu a política de conciliação das direções sindicais, que assinaram o manifesto juntamente com a Fiesp e

Febraban, apresentou as reivindicações vitais dos explorados e o seu método próprio, posicionou-se pelo fim da opressão racial, e se colocou pela campanha internacionalista do Comitê de Enlace (CERQUI) pelo fim da guerra na Ucrânia. Diante das críticas, os burocratas usaram a tribuna para combater as posições da Corrente Proletária. O que foi prontamente respondido pela militância aguerrida do POR.

O V Congresso Regional, como podemos ver, não serviu para preparar os funcionários para enfrentar os ataques dos governantes. É tarefa dos funcionários com consciência de classe trabalhar para recuperar o sindicato para a luta, o que só ocorrerá com a derrota da política de conciliação de classe e a expulsão dos burocratas. ■

O Partido Operário Revolucionário e a Corrente Proletária na Educação dão continuidade à campanha junto aos sindicatos e movimentos em defesa de nossa companheira professora, Perla Camila de Melo Martins, perseguida pelo governo, por ter se colocado contra o Programa de Escola de Tempo Integral (PEI), no município de Caraguatatuba. No dia 15 de setembro, ocorrerá a “oitiva”, visando à punição da companheira. É nosso dever e das direções sindicais e políticas, que se reivindicam do direito de manifestação e expressão, defendê-la contra a ação autoritária do governo de São Paulo. No Jornal Massas anterior, publicamos uma lista sindicatos que deram o seu apoio a essa luta. Agora, mais sindicatos e ativistas sindicais assinaram a moção, que reproduzimos abaixo.

Pelo direito de manifestação, expressão e pelas liberdades sindicais

Moção contra a perseguição política à professora e conselheira da Apeoesp, em 2014, Perla Camila de Melo Martins

O governo e as Diretorias de Ensino, nas diferentes regiões, vêm perseguindo os professores que se colocaram contra o Programa de Ensino Integral (PEI). Prova disso é o que ocorre com a professora Perla Camila de Melo Martins, na época conselheira da Apeoesp, que cumpria as decisões das assembleias do sindicato, como muitos outros professores, que eram as de rejeitar o Programa de Ensino Integral. Esta foi intimada, agora em 2022, à responder a medida administrativa, referente a um movimento reivindicatório de alunos. Em 2014, a E.E. Dr. Eduardo Correia, em Caraguatatuba, implementou o PEI a toque de caixa, sem um amplo debate com professores, pais e alunos. Muitas promessas foram feitas aos alunos e a comunidade, porém não foram cumpridas. Os alunos desta unidade ergueram, então, uma pauta de reivindicações, e se mobilizaram, contando com o apoio da professora e alguns pais. A dirigente de Ensino, na época, e a direção/gestão, também na época, acusaram a professora de ter induzido o movimento interno, negando o instinto de luta da juventude oprimida. A professora foi penalizada com o seu desligamento da escola, em junho de 2014. Ao invés de cessar a perseguição, o governo abriu uma portaria, em 2019, para instaurar um PAD (processo administrativo disciplinar), alegando “falta grave” por parte da professora. Nesse momento, a Procuradoria Geral do Estado retoma as acusações à professora para demiti-la, podendo levar à cessação do seu cargo de professora efetiva.

Considerando a situação acima descrita, nós abaixo-assinados defendemos:

- 1) **O direito às liberdades sindicais;**
- 2) **O direito de livre manifestação e expressão de professores,**

alunos e pais contra o PEI;

- 3) **Fim de todo tipo de punição aos que se colocam contra os programas do governo;**
- 4) **Retirada dos processos, que recaem sobre os que lutam pelo ensino público e gratuito e contra o fechamento de salas de aulas e turnos nas escolas;**
- 5) **Repúdio à tentativa do governo e da Diretoria de Ensino Regional de punir a professora Perla Camila de Melo Martins.**

Mais sindicatos e trabalhadores assinam a moção

Conselho de Representantes dos Conselhos de Escolas (CRECE Central, SP); Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais do ABC (SinTUFABC); Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquia no Município de SP (SINDSEP); Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP-Central); Subsedes da Apeoesp – Itaquera, Suzano; Professores da EMEF Pedro Fukujei-SP; SINPROF-Rondônia; SINTERO-Rondônia; Federação dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Estado do Ceará (FETRACE); ST-Fiação e Tecelagem-Ceará; Sindicato Unificado dos Professores em Educação no Município de Maracanaú/Ceará; Sindicato dos Professores da Rede de Ensino Público Municipal de Icó-Ceará; Sindicato dos Professores e Servidores da Educação e Cultura do Estado e Municípios de Ceará (APEOC); Laboratório de Estudos e Pesquisas Marxistas- Bahia; Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II-RJ; Sinasefe/SE; Sintify- seção do Sinasefe; ■

Discurso eleitoral para abafar a cruel situação da maioria explorada

O governo Bolsonaro vem fazendo uma falsa campanha de que a situação econômica do trabalhador está melhorando. De que a fome será combatida com o “Auxílio-Brasil” de R\$ 600,00. E que o desemprego vem caindo mês a mês. Certamente, tudo não passa de propaganda para sua reeleição. Outros candidatos, para se opor a Bolsonaro, fazem promessas milagrosas contra a fome e miséria, como é o caso de Ciro Gomes, Simone Tebet etc. Lula, por sua vez, alimenta a ilusão de que é possível “melhorar o que já fez”, referindo-se ao salário mínimo, acesso de pobres à universidade, etc. Não há uma só palavra desses candidatos que se opõem a Bolsonaro contra a reforma trabalhista, lei da terceirização, privatização, reforma da Previdência, que vêm sangrando a vida dos trabalhadores e aposentados. Na realidade, trata-se de um esforço concentrado para arrancar votos da maioria explorada.

No entanto, a realidade tem sido cruel para a maioria explorada: 1) O desemprego diminuiu nos últimos meses, mas cresceu o subemprego (a informalidade); 2) a grande maioria dos informais recebe de menos de 1 a 1 salário mínimo (R\$ 1.212,00); 3) os trabalhadores não têm conseguido repor as perdas salariais, sequer do último ano. Os reajustes têm sido inferiores à inflação oficial; 4) o custo de vida é superior à inflação; 5) o valor da cesta-básica

consome mais da metade do salário mínimo; 6) cresce assustadoramente o número de famintos e moradores de rua. Somente em São Paulo, 40 mil pessoas são moradores de rua. Boa parte, vítima do desemprego; 7) 67,6 milhões de pessoas estão inadimplentes. Não têm como pagar as contas de suprimentos básicos, que vão desde a comida ao aluguel, água e luz.

Isso mostra que a crise econômica está longe de ser arrefecida. Que os capitalistas e seus governantes descarregam a crise sobre a maioria explorada. E que cada um dos politiquieiros tem uma receita fantasiosa para acabar com a fome e a miséria. Mas o que é real é que a burguesia e o governo eleito continuarão a descarregar o peso da crise sobre os ombros dos explorados. Isso porque terão de preservar a propriedade privada dos meios de produção e, portanto, do capitalismo em decomposição.

Ao contrário dos politiquieiros, o POR vem fazendo uma campanha contra a fome e a miséria, defendendo o emprego a todos e um salário capaz de manter dignamente uma família. Faz parte dessa campanha a bandeira: “Nenhuma ilusão nas eleições”, porque não passa da troca de um governo burguês por outro. E que a tarefa é a de pôr em pé o partido da classe operária, que tem como estratégia o fim do capitalismo, por meio da revolução social.

Campanha Salarial dos Metalúrgicos do ABC

Negociação sem luta, é derrota na certa

Desde o anúncio do Sindicato, de que havia apresentado a pauta de reivindicações aos patrões, já se passaram quase três meses, e nada foi feito para organizar a luta. Agora, quando chegou o mês da data-base (setembro), os dirigentes do Sindicato retomaram a velha ladainha de todos os anos. Dizem que fizeram várias rodadas de negociação com os blocos patronais, mas que está difícil fechar um acordo. Como sempre, falam que alguns patrões querem impor um reajuste salarial parcelado, mas que o sindicato de pronto rejeitou. E que, nesse momento, o sindicato vai aumentar os esforços para conseguir o reajuste e a manutenção de direitos.

Em palavras, disseram que é preciso mobilizar toda a categoria. Que o INPC deve ser de 9%, mas que os trabalhadores reclamam da redução do poder de compra dos salários diante da inflação. Retomam o discurso de que esses governantes que não têm “uma política industrial”, referindo-se a Bolsonaro e ao governador de São Paulo. Tudo para concluir que a questão das eleições é de grande importância, portanto, a eleição de Lula e Haddad.

Ao invés de organizar a luta dos metalúrgicos, convocar a assembleias geral para unificar o movimento, e preparar a greve, os burocratas caminham para fechar mais um acordo traidor. E continuam com os discursos demagógicos e eleitorais, porque não encontram uma resistência organizada dos metalúrgicos. Isso ocorre porque há anos aboliram a democracia operária nas assembleias, e passaram a dirigir o sindicato por meio da política da conciliação de classes. Romper essa camisa de força, é a tarefa da vanguarda com consciência de classe.

Correios

Burocratas sindicais dos Correios aceitam a proposta do TST

A direção do SINTECT-SP realizou a assembleia no dia 31 de agosto, para aprovar o acordo previamente mediado pelo TST. Trouxe a mesma fala de anos anteriores: a ECT não queria conceder nada, e ainda retirar mais direitos. Enfatizou que houve um acerto da FINDECT e do SINTECT em chamar, para a negociação mediada pelo TST, a FENTECT e as direções sindicais de todo o país. Isso fez com que o vice-presidente do TST, Ives Gandra Martins, apresentasse uma proposta de acordo. Depois das justificativas, veio a proposta, que considerou um avanço. Pela pauta apresentada, somente houve a garantia do reajuste do INPC, e a devida correção do vale-alimentação. Sobre o PLR, aceitou-se que 50% serão pagos, e os outros 50% dependerão do cumprimento de metas e assiduidade. De todas as cláusulas que foram arrancadas, somente conseguiu o direito do tiquete durante o período de férias. Assim, as direções suspenderam a ameaça de greve nacional, que, segundo a burocracia, estava prevista para 1º de setembro. Está aí mais uma campanha salarial que foi enterrada. Os trabalhadores dos Correios, passivos, não viram como modificar essa situação, e se submeteram a mais uma negociata da burocracia com os Correios.

As direções sindicais, atoladas até os ossos no eleitoralismo, concluíram dizendo que “A proximidade da eleição e a rejeição do governo também foram fatores da baixada de bola governamental e do fortalecimento da categoria, que resultou em alguns avanços”. Que se resumiu no chamado a não eleger o governo Bolsonaro.

Essa é mais uma lição pela negativa. Mas que traz a tarefa urgente de construir a oposição sindical classista, e de luta para expulsar as burocracias dos sindicatos, federações e centrais.

Centrais e sindicatos, chega de eleitoralismo! **Governo Bolsonaro não dá trégua** **Agora foi a vez da privatização da REMAN**

O governo, usando o expediente do CADE, privatizou a refinaria Isaac Sabbá (Reman) da Petrobras, em Manaus. A Reman faz parte do plano de venda de 8 refinarias da Petrobrás. A decisão de privatizar a estatal havia sido tomada há um ano, mas dependia da aprovação do CADE, que agora a aprovou sem nenhuma restrição.

É bom lembrar que a Reman é a segunda refinaria a ser entregue pelo governo Bolsonaro, a primeira foi a Landulfo Alves (Rlam), na Bahia, entregue ao fundo árabe Mubadala. A Landulfo Alves tinha sido criada em 1950, com a descoberta do petróleo no Recôncavo Baiano, e fez parte da campanha dos governos nacionalistas do “Petróleo é nosso”. Após a criação da Petrobrás, em 1953, a refinaria foi incorporada, e ganhou em 1957 o nome de Landulfo Alves. Bolsonaro, em novembro de 2021, a privatizou, sem que houvesse um movimento de resistência, organizado pelas centrais e sindicatos.

A Refinaria Isaac Sabbá foi criada oficialmente em 1957. Em

1974, foi incorporada ao Sistema Petrobras como Refinaria de Manaus (Reman). Como se vê, fazia também parte do patrimônio estatal e, como dissemos, da campanha de “O Petróleo é nosso”.

Agora, novamente, repete a política dos dirigentes da Federação Única dos Petroleiros (FUP), das centrais e sindicatos, de não organizar a luta contra mais essa privatização. Limitaram-se a criticar as consequências da privatização para a população, a venda para o Grupo ATEM por um valor abaixo do mercado, e os benefícios da privatização para os acionistas da Petrobras. Reclamam que a Justiça sequer analisou a “Ação Civil” que havia impetrado.

Está aí por que o governo Bolsonaro segue firme na implementação de seu plano privatista, anunciado em 2010. As direções sindicais têm sido incapazes de pôr em pé uma campanha nacional contra o desmonte da Petrobras. Ao contrário, estão empenhadas no eleitoralismo e na campanha de Lula. Sem uma poderosa ação de rua por parte dos trabalhadores e demais explorados, não tem como se defender as estatais.

Rio Grande do Sul

Enfrentar nas ruas a privatização da Corsan

Governo do PSDB retomou a privatização da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), e pretende encerrar o processo até o final do ano. A venda tinha sido barrada provisoriamente pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), depois das denúncias dos escândalos envolvendo a privatização da estatal. Agora, o governo do estado anuncia que fará o leilão integral da Corsan e não de parte da empresa.

A direção do Sindágua/RS disse que fará reuniões e assembleias durante o mês de setembro. Sabemos que sem a organização dos trabalhadores e a unidade com os explorados não será possível impedir a entrega da estatal. O governo do estado tem pressa. A luta nas ruas também tem pressa. Daí a necessidade de ganhar as ruas, constituir um só movimento contra a privatização de um serviço essencial para a população.

Patrão marca trabalhadores com ferro quente e pauladas

Alexandre Carvalho Santos, proprietário de uma loja no centro de Salvador, depois de acusar dois trabalhadores de supostamente pegar R\$30,00, praticou um crime bárbaro. Nas mãos de um dos trabalhadores, marcou com o ferro de passar o número 171, que se refere ao roubo. Aos gritos, disse que não marcava a testa porque o trabalhador era feio e ia ficar ainda mais feio. Em seguida, obrigou o trabalhador a sair da loja com uma roupa feminina. No outro trabalhador, marcou as mãos com golpes de pauladas, e o ameaçou de morte.

Esse relato foi feito na polícia pelos jovens trabalhadores, William de Jesus e Marcos Eduardo, juntamente com o vídeo da execução da tortura. William reafirmou em entrevista que nunca roubou, e agora está com as mãos marcadas como se fosse ladrão. Marcos, por sua vez, disse que teme a morte, porque o patrão o ameaçou, caso desse queixa na polícia.

O relato dos jovens mostra que a escravidão continua presente. Além da escravidão assalariada, expressa nos bai-

xos salários e na superexploração do trabalho, ainda há capitalistas que, além de usar o seu poder econômico para acusar seus empregados, praticam crimes bárbaros, como esse da tortura, amplamente usado pelos senhores de escravos.

A CUT da Bahia denunciou a tortura e pede punição. No entanto, sabemos que crimes como esse não podem ser julgados com as leis, nem pelo aparato do Estado, que servem aos interesses dos capitalistas. São crimes que só podem ser julgados pelo Tribunal Popular, órgão criado pelas massas exploradas.



Nenhum governo burguês pode resolver o problema do acesso ao ensino superior

No ano de 2021, o governo lançou um conjunto de estudos sobre as políticas educacionais, sob o nome de “Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais”, uma publicação organizada pela Coordenação-Geral de Instrumentos e Medidas Educacionais da Diretoria de Estudos Educacionais do Inep. Neste mês, com a abertura oficial da corrida eleitoral, algumas entidades estudantis, como a UNE e UBES (PT/PCdoB), buscaram nesses estudos demonstrar como o governo Bolsonaro piorou a educação. É fato que, desde a recessão econômica de 2015, os índices educacionais têm piorado, com participação determinante do governo Bolsonaro, como mostramos na recém publicada Revista Proletária da Educação nº 11. Contudo, essas direções políticas, que se movem unicamente por interesses eleitorais, abandonam qualquer rigor científico na crítica, e chegam ao ponto da falsificação e mistificação dos números, para derrotar seus oponentes. Um exemplo está na propaganda eleitoral da UBES, dizendo que existem cotas para LGBTQTs; outro foi divulgado pela UNE, dizendo que “as cotas raciais ampliaram, de 15% para 46%, a presença de negros nas universidades brasileiras”.

O erro primário aí é confundir uma política aplicada na restrita rede pública superior (cotas), com a ampliação geral das matrículas, que inclui o monumental avanço do capital sobre a educação superior, através das redes monopolistas de educação (antiga Kroton, Estácio, Anima, Unip etc.), o que ampliou o acesso em cursos de baixa qualidade técnica, a distância, mais curtos, etc., e das políticas de transferência de recursos públicos para esse mesmo setor privado, criando o Prouni e o Fies. A ampliação da presença negra nas universidades se deu sob essas condições. O resultado concreto dessa ampliação é de conhecimento geral, uma massa de jovens graduados, mas mal formados, desempregados, subempregados, ou executando trabalhos diferentes de sua formação.

Nos anos de 1970, mais da metade das universidades brasileiras era pública, e, entre as privadas, a maioria era sem fins lucrativos. Foi a partir dos anos 1990, principalmente devido às políticas de abertura econômica de FHC, que o setor privado, que já vinha crescendo, se projetou exponencialmente. Neste período, 21% dos 20% mais ricos acessavam as universidades, enquanto, entre os 40% mais pobres, só 1% chegava nessa etapa. A questão racial não era muito diferente, 8 em cada 10 estudantes do ensino superior em 1995 eram brancos.

No início dos anos 2000, os estudantes pertencentes ao quinto mais rico giravam em torno de 75% do total; em 2015, passou para 39%. Ao mesmo tempo, os 20% mais pobres passaram de 1,1% para 6,0%, nos 20 anos que separam 1995 e 2015, e o 2º quinto cresce, de 1,6% para 10,1%, no mesmo período. Em 2015, entre os 20% mais ricos, 40% faziam faculdade; e entre os 20% mais pobres, apenas 6,6%. Mesmo se somados os 40% mais pobres, só 15% chegam ao ensino superior. Não há alterações importantes nos anos seguintes. As ilusões reformistas com a tal “democratização do ensino superior” caem por terra, diante dos números.

A participação racial se modificou, de 1992 até 2019, da seguinte forma: brancos e amarelos eram 85%, e pretos e indígenas, 15%; no final do período, os primeiros são 54%, e os segundos, 46%, isso em relação a toda a rede (públicas + privadas). O problema está em interpretar esses dados de forma absoluta, mecânica e fragmentada, acreditando que se trata da solução lenta do

problema histórico do acesso à educação no país, muito menos é possível dizer que esse ganho quantitativo representa algum ganho qualitativo na vida da maioria oprimida do país. É mais certo concluir que a pobreza, em muitas casas, vem acompanhada de um diploma na parede.

É correto ainda, afirmar que houve crescimento na matrícula do ensino superior público. A oferta passou, de aproximadamente 643 mil vagas, em 2008, para 1,2 milhão de vagas, em 2018. Esse crescimento, que foi puxado pelos Institutos Federais, foi mais representativo nos cursos noturnos, indicando que se trata de maior acesso de trabalhadores. Esse quadro geral das universidades públicas é evidenciado na proporção de estudantes das federais com renda per capita de até 1,5 salário mínimo, que passou, de 44%, em 2010, para 70%, em 2018. Crescimento significativo, mas inferior ao crescimento geral da rede, mostrando que favoreceu principalmente a classe média. De 1991 até 2018, o setor público cresceu 3,1 vezes, enquanto o privado cresceu 4,7 vezes.

As chamadas ações afirmativas são diferentes no setor público e no privado. No público, é principalmente a Lei de Cotas, instituída em 2012, e no setor privado, a política de bolsas e financiamentos. Na campanha eleitoral da UNE, utilizam-se os dados gerais e se atribui a ampliação somente à política de cotas. Uma falsificação.

O conteúdo geral da aplicação das ações afirmativas nas universidades privadas, como o POR já mostrou em inúmeros materiais, é o de transferência de recursos públicos para sustentar o parasitismo dos monopólios da educação. O Prouni, por exemplo, saiu, de 112 mil bolsas (vagas ociosas compradas pelo governo), quando foi criado, em 2005, para 367 mil bolsas, em 2017. Já o Fies, que representou na prática um sistema de endividamento da juventude, cresceu até 2014, quando começou a ser cortado. Esse sistema de transferência de recursos também conta com materiais didáticos (PNLD). Entre as formas de aplicação dessas ações, uma se destaca, os governos aceitaram bolsas como forma de os capitalistas pagarem dívidas antigas com a União. O Estado brasileiro foi o principal financiador dos monopólios da educação, como a ex-Kroton.

O essencial está em compreender que a política defendida pelas direções políticas ligadas ao petismo, de ampliação gradual das matrículas, de ampliação da parcela de negros e indígenas etc., vem acompanhada de grande transferência de recursos para os capitalistas da educação. Essa ampliação, além de manter fora das universidades a absoluta maioria de jovens, carrega a ilusão da formação, como solução dos problemas pela via individual, num capitalismo decadente, em crise, que destrói continuamente suas forças produtivas, o que gera demissão em massa e rebaixamento dos salários. Nenhum governo burguês, de esquerda ou direita, pode mudar essa tendência geral. Não é possível resolver a defasagem educacional à margem da luta pela derrubada do capitalismo, como forma de libertar as forças produtivas. A tarefa está em colocar a juventude (de dentro e de fora das universidades) em luta, com as bandeiras de fim do vestibular e ensino privado; estatização sem indenização das empresas de educação; e controle das instituições pelos estudantes e trabalhadores, garantindo assim, o livre acesso a todos os níveis da educação. Isso só é possível, como parte da luta da classe operária e maioria oprimida do país, por um governo operário e camponês, fruto da revolução proletária.

10 anos da Lei de Cotas

As massas negras seguem massacradas pelo capitalismo

No dia 29 de agosto, completaram-se 10 anos da aprovação da Lei de Cotas para as universidades federais. Essa aprovação se deu no governo de Dilma Rousseff, e gerou um grande debate na sociedade. Antes, se deveria existir, e depois, se poderia ser aplicada. Hoje, passados esses 10 anos, restam poucos opositores, e o reformismo, sobretudo no movimento estudantil, se utiliza amplamente desta lei para fazer sua propaganda eleitoral em favor da candidatura de Lula.

Está previsto na própria lei que ela passe por uma revisão neste ano. Ao que tudo indica, não tem chances de ser revogada, ainda que sofra pressão de setores da direita ultraconservadora (bolsonaristas, PSL, etc.) e liberal (MBL). O atual presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, Kim Kataguirri, declarou que “como o debate não ocorreu ainda em agosto, as universidades federais estarão, sim, livres para abandonar as cotas, se assim desejarem”. Uma posição que encontra pouco eco em Brasília.

O essencial está em mostrar que o ingresso de mais negros nas universidades públicas, embora real, não modificou a situação geral das massas oprimidas negras.

O movimento pelas cotas surgiu como racial, seguindo experiências estadunidenses e apoiado por instituições deste país. Essa menção é importante, pois, mesmo com 30 anos a mais de experiência, a opressão sobre os pretos e pretas deste país permaneceu, como mostrou o grande levante das massas negras, em 2020. No Brasil, o processo legal começou em 2000, quando a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou a medida de reserva de 50% das vagas nas universidades do estado para alunos de escolas públicas. No ano seguinte, aprovou a reserva de 40% destas vagas para pretos e pardos. Em 2003, a UERJ passou a adotar essa política. Seguindo essa linha, a Universidade de Brasília (UnB) adotou a cota racial para 20% das vagas, no mesmo ano.

O POR, em uma declaração de novembro de 2012, expôs a posição proletária diante deste problema complexo, que gerou confusão em toda a esquerda. Em primeiro lugar, era necessária uma caracterização geral da Lei de Cotas, como “uma pequena concessão do Estado e da classe burguesa, conduzida pelo governo do PT/PMDB.”, e que “mesmo assim, tudo indica que não será fácil concretizá-la.” Nossa tarefa então era não ocultar da maioria oprimida que essa concessão não modificaria o quadro geral de opressão sobre as massas negras, mas que, uma vez aprovada, era nosso dever lutar para que fosse aplicada. Muitas correntes políticas, inclusive que se reivindicam do marxismo, não souberam diferenciar a luta pela implementação de uma lei, com a defesa das cotas como a forma de resolver a desigualdade de acesso ao ensino superior no país. Assim, a bandeira de “Fim do vestibular” e “Acesso a todos que queiram estudar” foi praticamente esquecida por muitas organizações.

O manifesto da UNE aos 10 anos da Lei de Cotas é uma impostura semi-poética, desprovida de conteúdo concreto, fantasia

com a mesma palavra tão repetida na atual campanha eleitoral petista: esperança. Eis sua introdução, “Apesar de cada desastre, frente a cada injustiça que desafia os olhos, a gente segue com a nossa cota de esperança. Ela está guardada ali, nos bolsos do nosso futuro, pronta para desfraldar o país bonito e igualitário que a gente merece ser”. No entanto, reconhecemos que é coerente com a política geral do reformismo: separa as opressões como se fossem independentes, “preto, [...] indígena, camponês ou periférico”; defende a ascensão individual como forma de resolver o problema da opressão racial, “Toda filha de faxineira vai poder sentar na cadeira de presidenta ou engenheira, médica ou juíza de qualquer cor.”; e a impostura de que as cotas garantem a mesma oportunidade, “a gente não aceita menos do que democracia, diversidade, cidadania e igualdade, pessoas diferentes, mas com as mesmas oportunidades”. E concluem revelando que agora a Lei deve ser aprimorada em seus mecanismos de permanência.

Aí está um ponto importante, a Lei de Cotas segue relativamente desvinculada das políticas de permanência. Quando existem, são absolutamente insuficientes. O resultado concreto é uma massa de pretos e pobres que ingressaram nas universidades, mas não puderam se manter nela, abandonando os estudos. O reformismo é pródigo em divulgar a lei de cotas como uma grande vitória, no entanto, são inúmeros os casos onde são direção do movimento estudantil e dão as costas para a permanência dos estudantes que ingressaram com essa medida. É emblemático o caso atual na Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói. O DCE, dirigido pelo PT/PCdoB, tem sistematicamente virado as costas às reivindicações dos estudantes por permanência, chegou-se ao ponto de a oposição criar um comitê de luta para reivindicar as bolsas atrasadas, chamar e realizar assembleias, fazer reunião com pró-reitor, etc., tudo isso sem a participação do DCE ou com seu boicote ativo. Depois de um completo abandono desta direção durante a Pandemia, fazendo com que muitos alunos abandonassem seus estudos, os maiores defensores das cotas seguem, na prática, dando as costas para a permanência.

O essencial está em mostrar que o ingresso de mais negros nas universidades públicas, embora real, não modificou a situação geral das massas oprimidas negras. A grande maioria permanece fora das universidades, e a maior parte daqueles que ingressam nelas formam uma camada pequeno-burguesa de professores, advogados, engenheiros, profissionais liberais e politiquês, que se distanciam da esmagadora maioria de pobres e miseráveis do país, que é negra. O problema está em analisar uma política de forma isolada, fragmentada, sem avaliar os impactos ou a suposta transformação na situação do grupo geral ao qual ela se destina, e não em relação aos indivíduos isolados que foram beneficiados por ela.

Neste sentido, os 10 anos da Lei de Cotas deve ser analisado em conjunto aos 12 anos da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, no governo Lula. O POR demonstrou, em 2020, quando fez 10 anos, que o Estatuto é a prova mais concreta da falência da política reformista para as massas negras. Das inúmeras promessas do documento, como a criação de políticas para acabar com a desigualdade salarial, com o desemprego da maioria negra, com a falta de moradia, etc., a única que pôde ser apresentada com

um ganho relativo foi a política de cotas. A situação de moradia piorou, o desemprego só cresceu, a média salarial foi profundamente rebaixada, as chacinas aumentaram, o encarceramento da juventude preta bateu recordes, etc. As massas negras estão hoje em situação pior que na aprovação do Estatuto.

As cotas não devem, de forma alguma, ser encaradas como possível solução para o problema do acesso às universidades. Isso porque uma concessão, que não modifica a estrutura geral de exploração da maioria, nem fere os lucros capitalistas, pode muito bem existir sob diferentes governos burgueses. A bandeira que expressa a luta do proletariado pelo acesso ao ensino superior é a de “Fim do Vestibular”, mas só pode ser concretizada como parte da luta revolucionária da classe operária, apoiada pela maioria

oprimida, contra a classe burguesa.

A tarefa de eliminar o racismo é parte de nosso programa. Sistemáticamente, o POR denuncia os casos de agressão racial, e realiza campanhas pelas reivindicações particulares, como a defesa de trabalho igual e salário igual, igualdade de condições no emprego, proteção à maternidade, nenhum jovem fora da escola e do trabalho, salário mínimo vital, fim da violência policial, direito de livre expressão cultural, entre outras. Essas bandeiras não estão isoladas no programa de reivindicações da maioria oprimida, formada por pretos e brancos. E se vinculam ao objetivo histórico de eliminação do racismo. Esse objetivo estratégico corresponde à luta contra a dominação capitalista, como forma de combater toda forma de opressão.

Formação política em Pernambuco

Atitude dos partidos burgueses e do partido operário diante das eleições

No dia 27 de agosto, ocorreu a formação política do POR em Recife, com a discussão das eleições, com o texto de Lênin “Qual a atitude dos partidos burgueses e do partido operário frente às Eleições para a Duma?”, de 1906; e o Lançamento da Revista Proletária da Educação nº 11.

Na atual conjuntura de disputa eleitoral, o POR faz sua formação política resgatando o leninismo. O início da propaganda eleitoral oficial leva às massas a discussão de escolha de um candidato para atender suas necessidades. Mas, o marxismo, enquanto ciência, aponta que não há outro meio para a classe operária alcançar o poder que não seja pela revolução socialista. Até lá, o Partido Operário ajuda as massas a fazerem suas experiências, usando inclusive um método que não é próprio da classe operária, como as eleições. Mas, a intervenção nas eleições pelos explorados devem ser com os métodos e objetivos próprios. As eleições devem ser usadas enquanto tribuna para propagandear a revolução. Diferente dos anarquistas, os comunistas utilizam as eleições para se aproximar das massas. E, diferente da defesa burguesa e pequeno-burguesa da democracia em abstrato, como um valor universal, o partido operário revela a natureza de classe da democracia e aponta a necessidade da classe operária se emancipar da burguesia.

O texto de Lênin responde à conjuntura após revolução de 1905, onde a eleição para Duma foi uma farsa montada pelo czarismo. No texto, Lênin aponta os partidos de oposição ao czarismo, mas diferencia os partidos burgueses do

partido operário. Ele aponta como o partido dos Kadetes (Democrático-constitucionalistas) atuaram defendendo as eleições e colocando medo nas massas. Os Kadetes faziam a campanha dos riscos da violência dos “Centúrias Negras”, grupos monárquicos vindo das polícias que perseguiam e assassinavam os revolucionários e judeus. A conciliação dos Kadetes chegava ao ponto de fazerem aliança com o Partido da Renovação Pacífica, criado pela contrarrevolução em 1906. Após a discussão do texto nos grupos foram extraídas as seguintes conclusões do texto de Lênin:

- 1- A análise da conjuntura política se dá a partir das movimentações das classes sociais. Como os partidos burgueses e pequeno burgueses se ligam com as frações da burguesia e seus interesses materiais, e como o partido operário trabalha para dirigir a maioria nacional oprimida.
- 2- Há um abismo entre os partidos burgueses e o partido proletário ante as eleições e perante as massas. Partidos burgueses se apoiam na ignorância e passividade das massas. Partido operário se apoia na consciência socialista das massas e em sua mobilização.
- 3- A atuação do partido operário nas eleições não tem como objetivo obter postos no parlamento por meio de negociações.
- 4- O partido operário não usa o temor das ameaças da extrema direita para reforçar o pacifismo e a passividade.
- 5- O maior prejuízo não é o fortalecimento eleitoral da extrema direita, mas sim a corrupção da consciência

das massas (conciliação com a política burguesa).

- 6- Enquanto a política burguesa entorpece as massas, chamando a confiar que seus políticos (advogados, professores, entre outros intelectuais, etc.) vão resolver problemas das massas, a política proletária chama as massas a confiarem em suas próprias forças e métodos.

(...) o marxismo, enquanto ciência, aponta que não há outro meio para a classe operária alcançar o poder que não seja pela revolução socialista. Até lá, o Partido Operário ajuda as massas a fazerem suas experiências, usando inclusive um método que não é próprio da classe operária, como as eleições.

- 7- O partido operário não se compromete com a “tranquilidade”, “ordem” e “prosperidade pacífica” das classes dominantes.
- 8- A política dos blocos/alianças com a burguesia é um obstáculo à tarefa de libertar as massas da influência das ideias burguesas.
- 9- O partido operário alerta as massas contra a politicagem em torno das divisões de recursos e postos no parlamento, e não legitima as negociações, participando delas.
- 10- Os partidos centristas oscilam, defendem alianças com setores da burguesia. Ora, se apresentam pe-

rante as massas, unidos ou em campos opostos. Precisam dissimular divergências. Não podem atuar por meio da crítica.

11- O partido operário maneja a crítica com base em princípios, de forma firme e audaciosa, como elemento educativo perante as massas.

Após a discussão do texto foi feita a discussão da atual Conjuntura eleitoral no Brasil. Foi o feito o questionamento “Como seria a atuação do POR, caso tivesse condições de apresentar uma candidatura?”. Debateu-se que o lançamento de uma candidatura do POR só poderia se dar diante da imposição das massas. A candidatura serviria de expressão da luta das massas por suas necessidades mais sentidas, e de tribuna para propagar a estratégia da revolução e ditadura proletária. Não faria confusões, prometendo um “governo dos trabalhadores” saído das urnas. Não iludiria as massas da solução dos seus problemas por meio das instituições, a exemplo do que fazem as esquerdas centristas, reformistas e estalinistas.

Discutiu-se que o pior veneno para a consciência das massas é a conciliação de classes. Mas, o que vimos no dia 11 de agosto foi a unidade das direções das organizações de massa, CUT, UNE, dentre outras, com banqueiros e industriais. Dian-

te disso, é preciso que a militância porista continue atuando em defesa das reivindicações que atendem a vida da maioria oprimida: empregos, salários e direitos, batalhando para penetrar na classe operária e poder expressar sua fração mais consciente, e denunciando os obstáculos institucionais da burguesia para lançar candidaturas revolucionárias.

Encerramos a atividade, apresentando a Revista Proletária na Educação nº 11. Na revista, há artigos que tratam da política das burocracias sindicais sob a Pandemia e o peso dos métodos virtuais na atomização e passividade dos oprimidos. Na revista, há ainda artigos sobre o Enem e a bandeira de acesso irrestrito ao ensino superior; Militarização das escolas e da política; Autonomia e intervenção do Estado nas instituições de ensino; Balanço do Estatuto da Igualdade Racial; Crítica à campanha dos reformistas, em torno do centenário de Paulo Freire; e o artigo sobre a Revista Homem Novo (POR Boliviano – teoria e prática no interior da Educação), onde convidamos os contatos para iniciar o estudo e atuar para fortalecer a Corrente Proletária Estudantil na região, apontando a importância da formulação para elevação e fortalecimento das ideias revolucionárias na Educação.

A Formação concluiu com um “viva” à construção do Partido Operário Revolucionário.

POR realiza mais um estudo coletivo no ABC

O POR realizou, no dia 28 de agosto, na região do ABC Paulista, mais um estudo coletivo sobre a guerra na Ucrânia e a educação. Tomou por base do estudo as posições do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) sobre a situação da guerra na Ucrânia. A partir da leitura do Editorial do jornal Massas 671, abriu-se a discussão sobre a guerra comercial potenciada pelos Estados Unidos e a transformação em guerra bélica. Debateu-se mais amplamente a importância da campanha Internacionalista do CERQUI e a urgência do proletariado nacional e mundialmente se fortalecer para superar a profunda crise de direção.

A segunda parte do estudo foi dedicado à educação. Iniciou-se com o capítulo sobre Cooperação do livro “O Capital” de Marx. Eis pontos discutidos: 1) o que são as forças produtivas e as relações de produção; 2) A produção social;

3) A classe operária e a sua força coletiva com a cooperação no trabalho; 4) A crise de superprodução, característica do modo de produção capitalista.

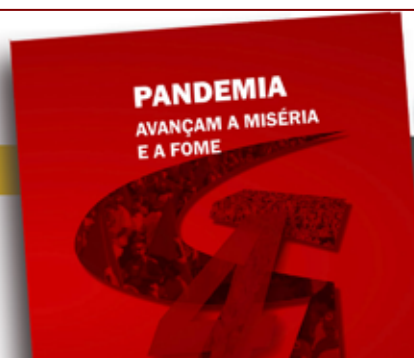
A última parte foi dedicada à campanha contra a perseguição política do governo à professora Perla e às atividades com a Moção de denúncia. Foram feitos relatos sobre o avanço das perseguições em todo o estado de São Paulo, principalmente daqueles professores e funcionários que se opõem aos projetos privatistas do governo. Também se criticou a política eleitoralista das direções sindicais, que suspenderam todas as atividades (assembleias, reuniões presenciais), para impulsionar os comitês de caça ao voto para as candidaturas petistas, em particular a Lula. Por fim, concluiu pela necessidade de fortalecer o Partido Operário Revolucionário e sua Corrente Proletária na Educação.

Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“ A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



R\$40

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Nesta edição:

- **84 anos da fundação da IV Internacional:** Viva os 84 anos da IV Internacional! / Viva os 80 anos da IV Internacional! / 82 anos da fundação da IV Internacional / 83 anos da fundação da IV Internacional. / *Trotsky* - Partido Mundial da Revolução Social.
- **Morreu Gorbachev:** Gorbachev serviu ao imperialismo.
- **Bolívia:** Guillermo Lora e o processo da restauração capitalista. / Conferência Nacional do Partido Operário Revolucionário (POR-Bolívia) / Contundente marcha de protesto dos trabalhadores chuquisaqueños contra a perseguição política a Rodrigo Echalar!
- **Iraque:** Desagregação do regime político.
- **Lênin:** Dez teses sobre o Poder Soviético.



Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

84 anos da fundação da IV Internacional

No Jornal Massas 670 e 671, fizemos a homenagem revolucionária a Leon Trotsky, assassinado em 20 de agosto de 1940, a mando de Stalin. Completaram-se 84 anos de sua morte, e suas formulações sobre o processo de restauração capitalista continuam como um guia de defesa das conquistas da revolução russa. O seu empenho em derrotar a burocracia estalinista antes que liquidasse a III Internacional se mostrou correto e necessário. Somente assim, Trotsky e seus camaradas da Oposição de Esquerda puderam reconhecer o momento exato de fazer uma virada de curso, em direção à constituição da IV Internacional, fundada em 3 de setembro de 1938.

Neste Jornal Massas, damos continuidade à campanha em homenagem a Trotsky, reconhecendo a IV Internacional como um instrumento de combate pelo fim da sociedade capitalista em decomposição, e pela retomada da transição do capitalismo ao socialismo, iniciada com a conquista do poder pelo proletariado na Rússia, em outubro de 1917, e edificação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1922.

Abaixo publicamos o Manifesto dos 84 anos da fundação da IV Internacional. Sua bandeira principal é o da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista.

É nas condições de destruição da URSS, em dezembro de 1991, de restauração

capitalista na Rússia e de reconstituição do poder do imperialismo no Leste Europeu, que eclodiu a guerra na Ucrânia. Sem dúvida, não se pode entender seus motivos, sem evidenciar as raízes estalinistas da restauração capitalista e, portanto, da liquidação da URSS, que favoreceram o fortalecimento do imperialismo e da hegemonia norte-americana.

A crise de direção do proletariado mundial é determinada principalmente, nas atuais condições, pela ausência física da IV Internacional, embora esteja presente e vigorosa sob a forma do Programa de Transição. Publicaremos, também, os Manifestos referentes aos 80, 82 e 83 anos da IV Internacional.

Viva os 84 anos da IV Internacional!

Pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista

Em meio à guerra na Ucrânia e ao agravamento do conflito dos Estados Unidos com a China, a IV Internacional completa 84 anos. Fundada em 3 de setembro de 1938, respondeu à degeneração estalinista da III Internacional, que se iniciou já no seu V Congresso, realizado em junho/julho de 1924, portanto, logo após a morte de Lênin. Mais dois Congressos ocorreram sob o governo de Stalin, revisionista do leninismo, o VI, em julho/setembro de 1928; e o VII, em agosto de 1935.

Trotsky foi desligado do Partido Comunista (PCUS) em 1927, e expulso da URSS, em 1929. Em 15 de maio de 1943, Stalin ordenou a dissolução da III Internacional. No final de novembro e início de dezembro, seis meses depois, se realizaria a Conferência de Teerã, composta pelos governos dos Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética, que decidiriam a nova partilha do mundo, como despojos da guerra imperialista. A particularidade da Segunda Guerra Mundial, em relação à Primeira, é que a URSS, sob a direção da burocracia estalinista, garantiu, na partilha, o controle da Alemanha Oriental e países do Leste Europeu.

A formação de “repúblicas populares” criou a ilusão histórica de que o comunismo avançava em detrimento da dominação imperialista, sem que fosse necessária a união do proletariado sob a III Internacional, e sem que houvesse o imperativo do desenvolvimento do programa da revolução mundial, impulsionado pela luta de classes. A dissolução da III Internacional resultou, evidentemente, da política de colaboração da ditadura burocrática de Stalin com as forças do imperialismo, nas condições de partilha do mundo, que começou a ser negociada desde 1941. Expressou, por-

tanto, a mais profunda revisão da concepção marxista-leninista da guerra na época imperialista e de decomposição do capitalismo.

Desde 1933, quando a política da III Internacional estalinizada se mostrou incapaz de responder com o programa proletário à ascensão do nazi-fascismo, e indicou que havia se tornado um instrumento de negociações com os bandos imperialistas, Trotsky orientou a Oposição de Esquerda a preparar o terreno para erguer a IV Internacional, seguindo a experiência com a falência da II Internacional, e a exemplo da orientação de Lênin em pôr em pé a III Internacional, que ganhou vida no Primeiro Congresso, de março de 1919.

A revisão estalinista atingiu as raízes e a base da concepção e do programa internacionalista da revolução proletária. Stalin e a burocracia governamental foram às últimas consequências no abandono do marxismo-leninismo, ao conceber a possibilidade de construir o “socialismo em um só país”.

A URSS, como integrante da aliança vencedora da Segunda Guerra, e partícipe da nova partilha do mundo, pôde – provisoriamente, por um período de ajuste dos equilíbrios mundiais, após a conflagração – permitir ao estalinismo sustentar a negação do programa constituído nos Primeiros Quatro Congressos da Internacional Comunista, que esteve sob a liderança de Lênin e Trotsky, em prol da impostura da pseudo tese da possibilidade de desenvolver as forças produtivas socialistas nos marcos nacionais. Contribuiu para a sustentação do revisionismo contrarrevolucionário, o fato da economia nacionalizada, regida por um sistema de planificação e pelo monopólio do comércio exterior, ter se po-

tenciado em relação ao grande atraso da Rússia herdado pela revolução social, e à ruína deixada pela guerra com a Alemanha e pela guerra civil.

As conquistas resultantes da partilha tiveram a particularidade de as massas oprimidas do Leste Europeu, destacando-se os camponeses pobres da Polônia, aproveitarem a ocupação do Exército Vermelho, para impulsionar a revolta latente contra os senhores de terra e expropriar os latifúndios, em um movimento de revolução agrária, típico das tarefas democrático-burguesas. Assim, também, a classe operária ganhou terreno diante da burguesia. A URSS se fortaleceu com o maior alcance econômico e militar na parte leste da Europa. Em contrapartida, os Estados Unidos se ergueram como potência, alcançando uma hegemonia imperialista e uma capacidade de centralização das potências, até então desconhecida.

É nessas condições que a burguesia norte-americana estabeleceu a estratégia e a política da “Guerra Fria” contra o comunismo, em 1947 e, para a sua consecução, em 1949, criaram a OTAN. Da aliança circunstancial com o Kremlin, os Estados Unidos, imediatamente ao fim da guerra, passaram a organizar as forças do imperialismo na Europa e na Ásia para limitar o alcance da URSS, e criar as condições para destruí-la. Pesou nessa decisão das potências, a vitória da aliança operária e camponesa na revolução Chinesa de 1949. A divisão da Coreia, em 1948, após a expulsão do imperialismo japonês, resultou da partilha negociada nas Conferências de Potsdam e Yalta. Sobreveio a Guerra da Coreia, em 1950, momento em que os Estados Unidos confirmam sua hegemonia, controlando a Coreia do Sul, em contraposição à Coreia do Norte, apoiada sobretudo pela China. A divisão da Coreia foi o acontecimento mais importante logo após o fim da Segunda Guerra, servindo de marco da polarização regida pela “Guerra Fria” e sustentada pela OTAN.

As novas relações de forças entre a URSS e a aliança imperialista regida pelos Estados Unidos passaram a depender do avanço da revolução mundial. A Revolução Chinesa favoreceu a balança em favor da luta do proletariado pelo programa da revolução socialista, do qual fazia parte varrer o colonialismo vigente até então. A seu favor, os Estados Unidos contaram com o gigantesco salto econômico e militar, que lhes capacitou a reunir atrás de si as forças do imperialismo europeu e japonês.

Mas, um fator fundamental favoreceria a política da “Guerra Fria” e a estruturação da OTAN, como braço armado dos Estados Unidos na Europa: o desarmamento ideológico, político e organizativo da classe operária e de seu destacamento organizado, constituído em partidos comunistas. Sem que pudessem aproveitar as circunstâncias históricas favoráveis aos movimentos revolucionários, por se encontrarem prostrados pela política de colaboração do estalinismo com a fração imperialista vencedora da guerra, os Partidos Comunistas compareceram como obstáculos à organização independente do proletariado.

A liquidação da III Internacional se revelou como um passo do estalinismo em direção à colaboração geral, isto é, estratégica, com o imperialismo, que viria, imediatamente ao fim da guerra, a restabelecer suas forças econômicas e militares, para as dirigir contra a URSS e as conquistas do proletariado e do campesinato pobre, em várias partes do mundo, pelo método revolucionário da luta de classes. Sem a III Internacional e sem os verdadeiros partidos comunistas, leninistas, a classe operária mundial ficou à mercê da reconstrução do poder imperialista do pós-guerra e de sua política de “Guerra Fria”.

A reconstrução econômica da Europa e do Japão, principalmente, depois da devastação de países inteiros, despertou a ilusão de que o capitalismo rejuvenescia ao lado da URSS comunista que, embora tivesse se projetado como potência, guardava uma grande distância diante da capacidade das forças produtivas controladas pelos Estados Unidos, de forma que ficaria para trás. A

URSS acabaria se desintegrando, em dezembro de 1991, mergulhada em uma profunda crise econômica, social e política, sem que o proletariado tivesse seu partido revolucionário para combater o processo de restauração capitalista. Não poderia ocorrer vitória maior e mais significativa do imperialismo que a derrubada da cidadela do proletariado mundial, erguida pela revolução de Outubro de 1917.

O estalinismo concluiria seu curso contrarrevolucionário, servindo como auxiliar dos Estados Unidos, a começar pela aplicação do plano restauracionista da Glasnost-Perestroika, lançado em meados dos anos de 1980. Antecedendo a essa tragédia histórica, o imperialismo recuperou a Europa Oriental. O que lhe permitiu fortalecer a presença da OTAN como braço armado norte-americano no Continente. A desintegração da URSS resultou em ex-repúblicas soviéticas, que, atomizadas, abriram caminho para a penetração das forças econômicas e militares do imperialismo, bem como recolocaram em um patamar mais elevado a opressão nacional exercida pela própria Rússia restauracionista. É nessas condições que se desencadearam os confrontos nacionais e as guerras civis.

No limiar da Segunda Guerra, em 1939, Trotsky e a IV Internacional saíram em defesa da autodeterminação da Ucrânia, sob a bandeira de uma Ucrânia soviética, respondendo, de um lado, aos objetivos do imperialismo alemão e, de outro, da burocracia comandada por Stalin. Foram precisamente as violações totalitárias que facilitaram a penetração do nazi-fascismo na Ucrânia. Somente “uma Ucrânia Soviética de operários e camponeses, unida, livre e independente”, emancipada da “bota estalinista”, poderia fazer frente ao avanço das forças hitlerianas na região. Mas, sem o partido revolucionário, bolchevique, se inviabilizou a confluência da revolta das massas ucranianas com a bandeira da IV Internacional.

O ano de 1939 foi crucial para evidenciar a terrível constatação do Programa de Transição, de que a crise de direção revolucionária deixava um amplo e livre caminho aberto para a guerra imperialista e a conseqüente projeção da barbárie social. Hoje, a vanguarda com consciência de classe tem à sua frente uma das conseqüências mais danosas para o futuro da humanidade, que foi a liquidação da URSS e a imposição da marcha da restauração capitalista. As raízes desse profundo retrocesso histórico se encontram na Segunda Guerra e na política capituladora de Stalin, diante da estratégia dos Estados Unidos de interromperem o processo de transição do capitalismo ao socialismo. Não bastou derrubar a URSS, é preciso colocar a Rússia restauracionista de joelhos, bem como a China.

A guerra que se desenvolve há pouco mais de seis meses na Ucrânia é um dos marcos mais elevados da crise do capitalismo no pós-guerra. Pela primeira vez, fala-se com certa propriedade sobre os perigos de um confronto dos Estados Unidos e aliados com a Rússia e a China. A classe operária organizada é a única força social capaz de combater as tendências bélicas do imperialismo, com o programa da revolução e do internacionalismo socialistas. A crise de direção volta a emergir com tamanha clareza como no período pré-guerra e, sobretudo, em 1939.

A IV internacional se dissolveu no final de 1950 e início de 1960, revelando a incapacidade de sua direção de assimilar e aplicar o Programa de Transição. O capitalismo se decompõe, expressando a impossibilidade de se revitalizar, como parecia fazer no período de reconstrução do pós-guerra. As suas forças produtivas voltaram a se chocar frontalmente com as relações de propriedade e com as fronteiras nacionais. O programa proletário de expropriação revolucionária e de transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social corresponde à época do capitalismo imperialista de guerras, revoluções e contrarrevoluções. Trata-se da vanguarda com consciência de classe tomar em suas mãos a tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

É obrigatório, nesse sentido, desenvolver com maior presteza

e firmeza as posições marxista-leninista-trotskyistas do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), voltadas ao combate pelo fim da guerra na Ucrânia e do cerco do imperialismo à China. Combate que somente pode se materializar sob a estratégia da revolução e ditadura do proletariado, do internacionalismo marxista.

Nesses 84 anos de fundação da IV Internacional, o compromisso prático de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista está determinado pelas respostas que a vanguarda revolucionária dê às tendências militaristas do imperialismo em decomposição.

80 anos da fundação da IV Internacional

Destacamos, neste Manifesto, os dois últimos parágrafos:

“Nesses 80 anos, a vanguarda revolucionária tem o dever e a tarefa de levantar alto a bandeira de reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. É preciso concentrar todos os esforços para superar a crise de direção. O Partido Operário Revolucionário do Brasil, seção do Comitê de Enlace, vem trilhando esse caminho. Nesse transcurso, se deparou com as correntes que se reivindicam do trotskismo, mas que se afastaram grandemente do Programa de Transição e, assim, abandonaram a tarefa de reconstrução

da IV Internacional. É consequência inevitável de não terem combatido o revisionismo e a dilaceração da IV Internacional, bem como se destacado como adversários renhidos do POR da Bolívia. Não podem, nesses 80 anos, levantar a bandeira de Pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista”.

“Dentro de poucos dias, o Comitê de Enlace realizará o seu Quarto Congresso. Nesse ato político dos 80 anos, a seção brasileira saúda mais esse passo de constituição da direção internacional, ainda que embrionária. Teremos um longo caminho a percorrer em busca da recuperação do internacionalismo proletário, que

deve ser encarnado pelos explorados do mundo inteiro, em luta contra o capitalismo em decomposição e a barbárie social. Não há que procurar atalhos. A vanguarda está obrigada a construir o partido-programa, custe o que custar. A classe operária e demais explorados não estão passivos diante dos ataques diários dos capitalistas às suas condições de existência. Em toda parte, lutam como podem. Pagam pela traição de suas direções sindicais e partidárias. Logo, porém, voltam ao combate. Apreendem com a experiência da luta de classes. É nessa experiência que a militância abnegada reerguerá a IV Internacional”.

Viva os 80 anos da IV Internacional!

Pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista

Em 3 de setembro de 1938, quando foi fundada a IV Internacional e aprovado o Programa de Transição, em Paris, a Europa estava prestes a mergulhar na mais pavorosa hecatombe. Um ano depois, 1 de setembro de 1939, Hitler invadiu a Polônia, e a Inglaterra e França declararam guerra. A classe operária e demais explorados não tiveram como impedir que a burguesia imperialista lançasse a Europa na Segunda Guerra Mundial. Não tinham como contar com a III Internacional e com os partidos comunistas, que se achavam orientados pela política contrarrevolucionária do estalinismo. A IV Internacional, por sua vez, dava seus primeiros passos. Não tinha como substituir plenamente a III Internacional e construir os partidos revolucionários no seio do proletariado. Sua força residia tão somente na orientação da Oposição de Esquerda Internacional e no Programa de Transição, que restabelecia os elos dos Primeiros Quatro Congressos da Internacional Comunista, interrompidos pelo revisionismo chefiado por Stalin.

É imprescindível, nesses 80 anos da IV Internacional, compreender a fundo o significado da caracterização feita no momento da fundação da III Internacional, em março de 1919, o de que o capitalismo, em sua época imperialista, era de decomposição, guerras, revoluções e contrarrevoluções. O Congresso da Internacional Comunista baseou-se na experiência da Primeira Guerra Mundial, de 1914, e da Revolução Russa, de outubro de 1917. Segundo as leis históricas, a decomposição resulta do amadurecimento das forças produtivas e da impossibilidade de continuarem a se desenvolver por meio das mesmas relações de produção. A Primeira Guerra Mundial eclodiu nessas condições, bem como a primeira revolução proletária vitoriosa. O capitalismo da época imperialista é o das revoluções proletárias e de transição ao comunismo. O atraso das revoluções e da transição impossibilita evitar que o capitalismo precipite a humanidade na mais profunda barbárie social. O desemprego, o subemprego, a miséria e a fome são uma de suas

faces. A corrida armamentista, o intervencionismo das potências e as guerras são a outra face.

Nesses 80 anos, a vanguarda se depara com o principal problema, que é o de pôr em pé os partidos revolucionários e organizá-los como uma só força na forma do Partido Mundial da Revolução Socialista. Sem a direção comunista, não é possível a classe operária derrotar a burguesia parasitária e abrir caminho à sociedade sem classes. A revolução russa e a constituição da III Internacional impulsionaram essa tarefa, jamais vista na história do capitalismo. Rompeu-se um dos elos mais débeis da cadeia de dominação burguesa e ergueu-se a direção mundial do proletariado. Desde a Primeira Internacional, construída por Marx e Engels, a classe operária se vinha organizando no campo da independência de classe, constituindo-se em classe consciente por meio do programa e edificando seus partidos em todo o lugar. A liquidação da III Internacional, em junho de 1943, resultou de um movimento contrário à luta pela organização mundial dos explorados. Essa foi a obra mais catastrófica e criminosa de Stalin e seus asseclas. Significou, primeiramente, a degeneração programática e organizativa do partido mundial, em seguida, a sua destruição física. A IV Internacional foi criada em contraposição ao liquidacionismo estalinista. Expressou a mais profunda crise de direção. Mais profunda ainda que aquela que se manifestou com a traição da social-democracia que pôs a II Internacional a serviço do imperialismo. A IV Internacional ergueu-se sobre a necessidade de superar a crise de direção revolucionária.

O assassinato de Trotsky, a mando de Stalin, desferiu um duro golpe no trabalho de consolidação da IV Internacional. As forças contrarrevolucionárias estalinistas não puderam aceitar o fortalecimento do movimento internacionalista, dirigido pelo companheiro de Lênin na revolução russa e na formação da III Internacional. A lógica dos acontecimentos indicava que a burocracia

*Partido Operário Revolucionário (POR),
seção do CERQUI - 3 de setembro de 2022*

Jornal massas 571, setembro de 2018

estalinista se iria desfazer da Internacional Comunista, assim que o imperialismo apertasse o cerco em torno da União Soviética. A tese do “socialismo em um só país” violava irremediavelmente o internacionalismo e renegava toda formulação leninista. Era contraditória com a existência da III Internacional. A Segunda Guerra Mundial e a aliança da burocracia soviética com o imperialismo – seguindo sua política de guerra e de partilha do mundo – criaram as condições para Stalin ir às últimas consequências com sua política nacionalista e destruidora das organizações operárias. Perseguiu sistematicamente a Oposição de Esquerda trotskista, procurando liquidá-la, antes que desse origem à IV Internacional. Fracassou nesse intento, mas teve o êxito de assassinar Trotsky, com o objetivo de inviabilizar a continuidade do internacionalismo, concebido nos Primeiros Quatro Congressos da Internacional Comunista. Em todos os aspectos, o estalinismo foi e é o responsável por auxiliar o imperialismo a reverter o avanço revolucionário posterior à revolução russa e a promover a crise de direção mundial, que, até hoje, é a causa da manutenção do capitalismo putrefato.

Nesses 80 anos, o proletariado e sua vanguarda sentem na carne o peso da crise de direção. A IV Internacional não teve como se sustentar em meio ao brutal retrocesso da luta de classes do pós-guerra. Não havia conseguido constituir poderosos partidos marxista-leninistas no seio das massas. Momentaneamente, os partidos comunistas estalinizados mantiveram o controle dos aparatos e bloquearam o desenvolvimento da vanguarda revolucionária. A velha sociocracia sobreviveu, transformando-se em agência do imperialismo. A bandeira de “paz mundial” e de “coexistência pacífica” substituiu a bandeira marxista de luta de classes e revolução proletária. O estalinismo colaborou francamente com essa política dos Estados Unidos, de reconstrução do capitalismo após a carnificina e destruição material, promovida pela guerra imperialista. A ilusão de que o comunismo já havia alcançado um terço da humanidade, e que estava ganhando terreno, serviu à ideologia estalinista do “socialismo em um só país”, e à tática da colaboração de classes, por meio da tese de que a “coexistência pacífica” favorecia a União Soviética e a luta socialista mundial. A IV Internacional, que já não contava com Trotsky em sua direção, foi isolada. Os herdeiros do Programa de Transição, que teriam de suportar a potência da corrente contrarrevolucionária, sucumbiram. O revisionismo se gestou em sua direção. A tese de que o estalinismo comparecia como uma força inevitável no processo de transição do capitalismo ao socialismo substituiu a caracterização de Trotsky do seu caráter contrarrevolucionário,

portanto, restauracionista e obstáculo às revoluções proletárias. A orientação para que a militância trotskista entrasse nos partidos comunistas estalinizados, baseada na falsa avaliação de que dirigiriam as massas contra o capitalismo, e em defesa da União Soviética, levaria à cisão da IV Internacional em 1952 e, em seguida, seu estilhamento em inúmeras correntes centristas, que hoje se encontram amplamente adaptadas à democracia burguesa e ao reformismo. O Partido Operário Revolucionário da Bolívia sobreviveu à onda revisionista, graças à sua assimilação do Programa de Transição e sua aplicação na construção do partido no seio do proletariado mineiro.

Nesses 80 anos, a vanguarda revolucionária tem o dever e a tarefa de levantar alto a bandeira de reconstrução do Partido Mundial da

Revolução Socialista, a IV Internacional. É preciso concentrar todos os esforços para superar a crise de direção. O Partido Operário Revolucionário do Brasil, seção do Comitê de Enlace, vem trilhando esse caminho. Nesse transcurso, se deparou com as correntes que se reivindicam do trotskismo, mas que se afastaram grandemente do Programa de Transição e, assim, abandonaram a tarefa de reconstrução da IV Internacional. É consequência inevitável de não terem combatido o revisionismo e a dilaceração da IV Internacional, bem como se destacado como adversários renhidos do POR da Bolívia. Não podem, nesses 80 anos, levantar a bandeira de *Pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista*.

Dentro de poucos dias, o Comitê de Enlace realizará o seu Quarto Congresso. Nesse ato político dos 80 anos, a seção brasileira saúda mais esse passo de constituição da direção internacional, ainda que

embrionária. Teremos um longo caminho a percorrer em busca da recuperação do internacionalismo proletário, que deve ser encarnado pelos explorados do mundo inteiro em luta contra o capitalismo em decomposição e a barbárie social. Não há que procurar atalhos. A vanguarda está obrigada a construir o partido-programa, custe o que custar. A classe operária e demais explorados não estão passivos diante dos ataques diários dos capitalistas às suas condições de existência. Em toda parte, lutam como podem. Pagam pela traição de suas direções sindicais e partidárias. Logo, porém, voltam ao combate. Aprendem com a experiência da luta de classes. É nessa experiência que a militância abnegada reerguerá a IV Internacional.

Viva os 80 anos da IV Internacional!

Pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista!

82 anos da fundação da IV Internacional

Destacamos, neste Manifesto, as seguintes passagens:

“A hegemonia do imperialismo norte-americano e a reconstrução do imperialismo europeu e japonês minaram as conquistas revolucionárias do proletariado da Primeira Guerra e do pós-Segunda Guerra. Os avanços do proletariado e das massas oprimidas foram contidos mundialmente. O curso ascendente da restauração capitalista refletiu os enormes retrocessos provocados pelo fortalecimento da burocracia estalinista e da política de colaboração de classes. O proletariado mundial se tornou órfão, sem a III Internacional, e sem a possibilidade da IV Internacional substituí-la com a força organizativa que aquela teve”.

“Os desmoronamentos dos governos burocráticos, nos anos de 1980

e 1990, golpeados pelo esgotamento econômico e pelo descontentamento das massas, serviram aos objetivos do imperialismo. Sem os partidos revolucionários, para conduzir a classe operária à revolução política, o desmoronamento do velho aparato estalinista cedeu lugar à nova burocracia restauracionista”.(...)

“O período revolucionário de transição do capitalismo para o socialismo, iniciado com a Revolução Russa, foi interrompido. De maneira que a derrota das revoluções, e a recuperação do terreno perdido para a burguesia mundial, possibilitaram um longo período do pós-guerra, em que a burguesia manteve as rédeas da situação, e o proletariado permaneceu desorganizado e incapacitado de retomar os patamares anteriores da luta pelo socialismo”.



“A crise de direção revolucionária é o grande problema da humanidade, que se manifesta, objetivamente, nas crises e luta de classes em cada país, e mundialmente. O profundo retrocesso, provocado pelo estalinismo, pela restauração capitalista e pela desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, faz parte do processo histórico da transição do

capitalismo para o socialismo, e deste para o comunismo. A interrupção da transição aberta pela Revolução Russa de outubro de 1917, e impulsionada pelas demais revoluções, principalmente na China, representa uma dura derrota do proletariado mundial. Baseado em suas lições e nas novas condições de decomposição do capitalismo, é que se reerguerá e retomará

o curso inevitável das revoluções socialistas. Cabe à vanguarda com consciência de classe encarnar essa tarefa, e trabalhar incessantemente, bravamente, pela reconstrução da IV Internacional, Partido Mundial da Revolução Socialista. Esse objetivo estratégico se resolve pondo em pé os partidos-programas, como seções do Comitê de Enlace”.

Manifesto do Partido Operário Revolucionário

82 anos da fundação da IV Internacional

Viva o internacionalismo proletário, marxista-leninista-trotskista!

Reconstruir a IV Internacional - Partido Mundial da Revolução Socialista

Jornal Massas 618, de 6 de setembro de 2020

Três de setembro de 1938, a IV Internacional era fundada, nos arredores de Paris, na mais absoluta clandestinidade. Hitler chegou ao poder em 1933, em meio à profunda crise econômica, que se manifestava desde 1929. Nos anos seguintes, se potenciaram as tendências militaristas, e se tornou mais claro que o imperialismo caminhava para a segunda guerra mundial. É nessas condições que a derrota da revolução espanhola, para o fascismo franquista, em 1939, apoiada pela Inglaterra e França “democráticas”, assinalou o avanço da contrarrevolução em toda a linha. Na Alemanha, o partido comunista, seguindo a orientação da III Internacional estalinizada, oscilou entre o ultraesquerdismo e o oportunismo, de maneira que o proletariado alemão não teve como se emancipar do controle da política da socialdemocracia, cuja impotência diante da projeção do nazifascismo se evidenciava. Sem a direção revolucionária, o fascismo cumpriu sua função de acabar com as organizações operárias, e liquidar fisicamente as direções. Na França, o governo burguês de Léon Blum (1936-1938), assentado na frente popular, constituída pelos partidos socialista, comunista e radical, bloqueava o desenvolvimento da revolução proletária, e servia às forças contrarrevolucionárias na Espanha. O pacto de Stalin com Hitler – efetuado pelos Ministros dos Negócios Exteriores, Viatcheslav Molotov e Joachim von Ribbentrop, em agosto de 1939 – facilitou a ofensiva militar da Alemanha, que invadiu a Polônia. A divisão da Polônia entre a Alemanha e a União Soviética marcou o início da Segunda Mundial. O que parecia ser uma manobra de defesa da União Soviética acabou colocando-a por detrás da guerra imperialista, que concluiu com uma nova partilha mundial, muito mais ampla que a da primeira guerra. O que aparentou ter fortalecido o país da revolução proletária, na realidade, serviu à imensa projeção dos Estados Unidos. Esse aclamado farol da democracia se elevou à condição de potência hegemônica, aumentando a capacidade do imperialismo de submeter a ferro e fogo as nações oprimidas. Imediatamente, a burguesia norte-americana alinhou por trás de si a Europa e Japão capitalistas, portanto, vencedores e vencidos, lançando um cerco à União Soviética e aos países que expropriaram a burguesia. É na situação de avanço do fascismo e da preparação para a segunda guerra mundial que a política de Stalin evidenciou, sem atenuantes, apesar do palavreado de defesa do comunismo, a ruptura com o programa e os métodos bolcheviques do internacionalismo proletário.

O VII Congresso da Internacional Comunista, agosto de 1935, sob a direção de Geórgi Mikhaïlov Dimitrov, esvaziou toda a caracterização da guerra imperialista, formulada por Lênin, e assumida pelos Primeiros Quatro Congressos da Internacional Comunista (1919-1922), apresentando a grande conflagração como se fosse o confronto entre a democracia e o fascismo. Os agentes de Stalin, na III Internacional, vão adotar uma tática estranha ao marxismo-leninismo. As frentes populares seriam a forma de de-

fender a democracia e derrotar o fascismo. Consistia em apoiar e se integrar nos governos burgueses, que estivessem a serviço da democracia. Assim, a classe operária foi submetida a coligações burguesas, que acabaram servindo à contrarrevolução, na França e na Espanha. Nos países semicoloniais, como na América Latina, amarraram os explorados por detrás do nacionalismo burguês, que não foi capaz de reagir à dominação do imperialismo norte-americano. As frentes populares foram ditadas pela burocracia estalinista aos partidos comunistas do mundo inteiro, tornando-os apêndices de uma fração burguesa. Essa panaceia, extraída da caracterização do confronto entre democracia e fascismo, que pressupunha a existência de uma fração burguesa progressista, que deveria ser apoiada pela classe operária, levou os partidos comunistas a se desviarem, e a renegarem a estratégia da ditadura do proletariado, e a substituírem a tática revolucionária, pela tática da colaboração de classes. Do esquerdismo do terceiro período, momento em que o estalinismo caracterizou a socialdemocracia alemã como irmã gêmea do fascismo, e se negou a organizar a frente única contra a ascensão de Hitler, se saltou para o oportunismo com as frentes populares. O VII Congresso da Internacional Comunista resultou na revisão e abandono do programa dos seus Primeiros Quatro Congressos, que estiveram sob a orientação geral de Lênin e Trotsky.

O desarme teórico e político da III Internacional, nas condições de crise, guerra, revolução e contrarrevolução, comprometeu definitivamente o estalinismo com a guerra imperialista. Estavam dadas, assim, todas as premissas da liquidação da III Internacional. O que significou a destruição do Partido Mundial da Revolução Socialista. Resguardadas as diferenças, Trotsky se viu diante de uma situação parecida com o que se passou com a II Internacional, que se degenerou com a capitulação de sua direção, diante da política de guerra do imperialismo. Operou-se uma radical revisão das posições marxistas, que estiveram na origem da II Internacional. Lênin e os bolcheviques combateram o chauvinismo dos socialistas capituladores, e levantaram a bandeira da III Internacional, assim que ficou claro o desarme teórico e político da II Internacional. Esse embate se processou em meio à revolução, que avançava na Rússia, e à contrarrevolução, que se erguia na Alemanha. A III Internacional nasceu programática e ideologicamente antes da Revolução de Outubro de 1917, fruto da luta contra o desarme teórico, político e programático. Foi concebida como instrumento da revolução mundial, que tinha como seu destacamento mais avançado o proletariado russo e seu partido bolchevique. O triunfo da revolução proletária possibilitou erguer, organizativamente, a III Internacional, realizando seu primeiro Congresso, em março de 1919. Seu manifesto e documentos estabeleceram a natureza da III Internacional como Partido Mundial da Revolução Socialista, baseado nos princípios e fundamentos do centralismo democrático.

O capitalismo da época imperialista, que se distingue da época liberal, quando foi fundada a I Internacional, por Marx e Engels, havia amadurecido todas as premissas para a materialização do internacionalismo, na forma do Partido Mundial da Revolução Socialista. A II Internacional, que se edificou em meio ao processo de transição e de florescimento da democracia burguesa na Europa Ocidental, não foi capaz de compreender as profundas mudanças do capitalismo monopolista, em que predomina o capital financeiro, e, assim, romper com sua adaptação ao parlamentarismo e ao pacifismo pequeno-burguês. Originou-se e organizou-se como uma federação de seções. Sobre a base dessa experiência, que se esgotou com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, a III Internacional se ergueu como partido mundial, regido por um programa e por um estatuto centralista e democrático. A revisão estalinista dos Primeiros Quatro Congressos da Internacional Comunista liquidou o partido mundial centralista-democrático. A burocratização do partido bolchevique (Partido Comunista russo) e a degeneração da ditadura do proletariado na URSS se refletiram na forma de revisionismo do caráter da III Internacional. Os partidos comunistas, que emergiram em todo o mundo, impulsionados pela revolução socialista na Rússia, foram submetidos a uma orientação centralista-burocrática e autoritária. Já não faziam parte do Partido Mundial da Revolução Socialista, centralista-democrático, mas sim de uma burocracia, que emanava as ordens do Kremlin. A estalinização no seio do Estado operário, primeiramente, deformou a democracia proletária, em seguida, esmagou-a definitivamente. A III Internacional não poderia escapar a esse processo, a não ser que rompesse com a direção estalinista.

A política capituladora de Stalin, em 1933, indicou a Trotsky e à Oposição de Esquerda que já não havia como recuperar a III Internacional de seus Primeiros Quatro Congressos. A ossificação dos partidos comunistas e a perseguição policial aos marxistas-leninistas-trotskistas inviabilizaram qualquer luta interna. É nesse momento que Trotsky orienta a Oposição de Esquerda Internacional a colocar a tarefa de constituir a IV Internacional. Não lhe fugia à compreensão de que se tratava de uma situação completamente adversa. A vitória do estalinismo levava à restauração, e servia à contrarrevolução. A guerra imperialista ressurgia das profundas contradições do capitalismo da época dos monopólios e do capital financeiro. Era inevitável um massacre de povos, para se chegar a uma nova partilha do mundo. Os partidos comunistas estavam incapacitados de reagir ao revisionismo estalinista. As expulsões, processos e assassinatos de opositores foram os métodos com que a burocracia estalinista combateu a possibilidade de a oposição marxista-leninista potencial a defesa do partido centralista-democrático. O esmagamento da revolução espanhola fechava um capítulo de resistência, que poderia realinhar as forças proletárias na Europa. Os agrupamentos que se desprendiam do reformismo socialdemocrata, por sua vez, tendiam ao centrismo.

Diferentemente da III Internacional, a IV Internacional se erguia na contracorrente dos acontecimentos do período de guerra imperialista, do avanço da burocratização estalinista, e das vitórias da contrarrevolução. Nas fileiras da Oposição de Esquerda, emergiu um polo de resistência à criação da IV Internacional, sob o argumento de que não existiam os partidos organizados no seio do proletariado. Não compreendiam que se tratava de preservar as conquistas da III Internacional, materializadas nos seus Primeiros Quatro Congressos, de lutar pelo internacionalismo em defesa das conquistas da Revolução Russa, e responder aos novos problemas do grave momento histórico. Não se podia dar continuidade à luta contra o revisionismo estalinista, sem expressar o internacionalismo marxista-leninista, na forma de uma Internacional. Não se podiam esperar mudanças nas condições mundiais, nem que se invertesse a correlação de forças em favor do proletariado. Esperar significava assumir passivamente a destruição programática da III Internacional, e contribuir para a manutenção do vazio

de direção mundial. Os enfrentamentos da Oposição de Esquerda Russa, entre 1923 e 1929, e, em seguida, da Oposição de Esquerda Internacional com o estalinismo e as diretrizes desenvolvidas por Trotsky, nas condições concretas da luta de classes mundial, constituíram a base programática, política e ideológica da preservação do internacionalismo.

Em 3 de setembro de 1938, pouco antes da eclosão da segunda guerra mundial, se aprovou o Programa de Transição para da Revolução Socialista. Duas premissas o alicerçam. De um lado, afirma que *“os requisitos econômicos da revolução proletária atingiram o mais elevado grau de maturidade que pode ser atingido sob o capitalismo”*. De outro, que *“a situação política mundial no seu conjunto se caracteriza, sobretudo, pela crise histórica da direção do proletariado”*. Estabelece como objetivo que *“a tarefa estratégica do próximo período – período pré-revolucionário de agitação, propaganda e organização – consiste em superar a contradição entre a maturidade das condições objetivas da revolução e a não maturidade do proletariado e de sua vanguarda (confusão e desencorajamento da velha geração, falta de experiência da jovem)”*. E recorre ao método marxista-leninista: *“é preciso ajudar as massas no processo da sua luta cotidiana a encontrar a ponte entre as suas reivindicações atuais e o programa da revolução socialista. Essa ponte deve consistir em um sistema de reivindicações transitórias, partindo das condições atuais e da consciência atual de grandes camadas da classe operária, e conduzindo invariavelmente a uma só e mesma conclusão – a conquista do poder pelo proletariado”*. A estratégia do Programa de Transição é a ditadura do proletariado, o método é o da ação direta. O seu fundamento geral é o da expropriação revolucionária da burguesia e a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. O Programa de Transição reconhece as particularidades da luta do proletariado nos países imperialistas e nos países semicolônias. Assinala a necessidade da aliança operária e camponesa nos países de economia atrasada. Aliança que levará à constituição do governo operário e camponês, que exercerá a ditadura do proletariado sobre a burguesia derrotada. O internacionalismo está na base do Programa de Transição, que considera que a revolução em um país somente pode se sustentar e avançar em sua transição ao socialismo nas condições de triunfo da revolução em outros países e mundial.

No VII Congresso, de 1935, a burocracia estalinista liquidou programaticamente a III Internacional. Esse passo indicou que a Internacional perderia qualquer função, diante da política de coexistência pacífica com o imperialismo, e da participação de Stalin no acordo de uma nova partilha do mundo, ditado pelos Estados Unidos. Depois de oito anos, em 15 de maio de 1943, Stalin ordenou a dissolução da III Internacional, sem que precisasse sujeitar a decisão liquidacionista a um congresso. A passividade dos partidos comunistas expressou a sua mais completa integração ao capitalismo, como havia ocorrido com os socialdemocratas da II Internacional. Trotsky foi assassinado dois anos após a fundação da IV Internacional, e três anos antes da eliminação da III Internacional. A sua luta, para que o enfrentamento ao nacionalismo estalinista – que se sintetiza na fórmula da possibilidade de construir o *“socialismo em um só país”* – se materializasse na forma do programa, exigiu constituir uma nova Internacional. Abria-se um novo período histórico, em que o proletariado mundial estava obrigado a travar o combate contra o imperialismo e o processo de restauração capitalista em curso. Qualquer que fosse o movimento revolucionário, tinha de se colocar pela defesa das conquistas da revolução proletária. Essa orientação dependia da constituição de partidos revolucionários, que aplicassem o Programa de Transição, nas condições particulares de seus países. A vanguarda construiria as seções da IV Internacional, elaborando o programa da revolução proletária, de acordo com as particularidades econômicas, sociais, culturais e desenvolvimento do proletariado. Assim se aplicaria o Programa de Transição de forma concreta. Estava claro que teria de vencer poderosos obstáculos, para cons-

tituir o partido no seio do proletariado. E a IV Internacional se potencializa, sobre a base da confirmação dos prognósticos sobre a desintegração do capitalismo e da luta contra a burocratização estalinista e as forças restauracionistas.

A IV Internacional padeceu de uma contradição na sua origem, uma fortaleza programática e uma fraqueza organizativa. A justiça do programa possibilitava superar a debilidade da vanguarda, que despontava em vários países, inclusive na América Latina. Trotsky empreendeu uma luta para formar quadros bolchevique-leninistas, que assimilassem o Programa de Transição e o combate ao revisionismo estalinista. Deparou-se com o sério problema do centrismo e do oportunismo nas fileiras da IV Internacional. As crises nas duas principais seções – a dos Estados Unidos e da França – obstaculizaram o fortalecimento organizativo da nova Internacional. Seus reflexos no Brasil resultaram na desintegração da Liga Comunista. Os acontecimentos posteriores à morte de Trotsky indicaram que não se havia consolidado uma direção revolucionária, programática e teoricamente consistente. Não foi capaz de dar continuidade às conquistas do marxismo-leninismo-trotskismo, diante da guerra imperialista e das capitulações de Stalin. O fortalecimento do aparato estalinista, no imediato pós-guerra, alimentou na direção da Internacional uma tendência revisionista, que passava a considerar o estalinismo como progressista, impulsionador do comunismo. Essa posição direitista, dirigida por Michel Pablo, desencadeou a desintegração da IV Internacional, nos anos de 1950-1960. A fração que rechaçou o revisionismo pablista, no entanto, se mostrou incapaz de manter a direção baseada no Programa de Transição. As rupturas e estilhaçamentos desmoronaram organizativamente a IV Internacional. Nenhuma de suas tendências escapou ao centrismo. Esse fenômeno demonstrou que, se a vanguarda não forma o partido como programa, e não penetra no proletariado, inevitavelmente, tem de expressar o esquerdismo e o oportunismo pequeno-burguês.

A desintegração da IV Internacional atingiu profundamente a vanguarda latino-americana. Dividida e estilhaçada, cedeu às mais diversas pressões da crise capitalista e da luta de classes. Não foi capaz de combater o imperialismo, e se distinguiu do nacionalismo burguês mais radical, bem como das roupagens vestidas pelo estalinismo. A Revolução Cubana se ergueu como uma prova decisiva. Confundiu-se a obra revolucionária das massas, que derubou o governo e expropriou os grandes proprietários, com sua direção pequeno-burguesa, que acabou se sujeitando ao estalinismo. Confundiu-se a necessária defesa de Cuba diante dos ataques dos Estados Unidos com a política do castrismo. Sujeitou-se ao método foquista de Guevara, como se fosse expressão da luta internacionalista pela revolução latino-americana. Afastou-se, definitivamente, da tarefa de construir o partido-programa no seio do proletariado. As várias expressões do centrismo, não só haviam se afastado do marxismo-leninismo-trotskismo, como se ergueram como obstáculos à IV Internacional.

Em meio a essa profunda crise de direção, o Partido Operário Revolucionário da Bolívia (POR), sob a direção de Guillermo Lora, se destacou como pilar da IV Internacional. Foi o único partido que forjou o Programa de Transição, de acordo com as particularidades do país, e conseguiu se construir no seio do proletariado boliviano. As Teses de Pulacayo, aprovadas no Congresso dos mineiros, em 1946, pavimentou a construção do partido como expressão da IV Internacional. A condição insular e de profundo atraso econômico do país pesaram em favor do isolamento do POR. O fato de não ter podido intervir amplamente no processo de desintegração da IV Internacional, em certa medida, favoreceu a projeção do centrismo, confundido com o trotskismo. O combate cerrado de todas as variantes centristas ao POR serviu para recrudescer seu isolamento, ao mesmo tempo em que indicou o reconhecimento de sua importância para o trotskismo e a IV Internacional. O empenho do POR boliviano de organizar o Comitê

de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional tem auxiliado a construção das seções no Brasil, Argentina e Chile. A sua constituição, regida pelo Programa de Transição, aplicação nas condições particulares de cada país, e funcionamento centralista-democrático, se distingue das correntes centristas, que continuam a se reivindicar do trotskismo e da IV Internacional, mas que de fato abandonaram a tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista. O Comitê de Enlace se esforça por assimilar e aplicar os métodos e a concepção organizativa, que se assentam na experiência da III Internacional, da época de Lênin e Trotsky.

Estamos a 80 anos do assassinato de Trotsky e 82 anos da formação da IV Internacional. As ilusões do pós-guerra, de que o “socialismo em um só país” se mostrava correto, e que, por meio da coexistência pacífica entre capitalismo e comunismo, se fortaleceria a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, se tornaram insustentáveis. A hegemonia do imperialismo norte-americano e a reconstrução do imperialismo europeu e japonês minaram as conquistas revolucionárias do proletariado da Primeira Guerra e do pós-Segunda Guerra. Os avanços do proletariado e das massas oprimidas foram contidos mundialmente. O curso ascendente da restauração capitalista refletiu os enormes retrocessos provocados pelo fortalecimento da burocracia estalinista e da política de colaboração de classes. O proletariado mundial se tornou órfão, sem a III Internacional, e sem a possibilidade da IV Internacional substituí-la com a força organizativa que aquela teve.

Os desmoronamentos dos governos burocráticos, nos anos de 1980 e 1990, golpeados pelo esgotamento econômico e pelo descontentamento das massas, serviram aos objetivos do imperialismo. Sem os partidos revolucionários, para conduzir a classe operária à revolução política, o desmoronamento do velho aparato estalinista cedeu lugar à nova burocracia restauracionista. O retrocesso foi tão profundo, que países como a Polônia, Hungria e Ucrânia, deram lugar a governos ultradireitistas e fascizantes. A Rússia cedeu lugar à forma de governo bonapartista de direita. Na China, o partido comunista se tornou um pilar do capitalismo de Estado, abrindo caminho à restauração pela via da penetração dos monopólios imperialistas. O período revolucionário de transição do capitalismo para o socialismo, iniciado com a Revolução Russa, foi interrompido. De maneira que a derrota das revoluções, e a recuperação do terreno perdido para a burguesia mundial, possibilitaram um longo período do pós-guerra, em que a burguesia manteve as rédeas da situação, e o proletariado permaneceu desorganizado e incapacitado de retomar os patamares anteriores da luta pelo socialismo. No entanto, em algumas décadas, se esgotou a reconstrução do capitalismo do pós-guerra, e cresceram, irresistivelmente, as pressões do imperialismo no sentido de impulsionar a restauração capitalista. O desmoronamento da velha burocracia e a restauração abriram válvulas de escapes ao capitalismo em decomposição. A recomodação da Rússia e China na ordem mundial, ditada pelas potências, não foi suficiente para atender, integralmente, aos objetivos do imperialismo, uma vez que as conquistas revolucionárias do passado lhes possibilitaram manter certa independência do domínio norte-americano e administrar o processo de restauração.

Desde os anos de 1970, a crise mundial vem em uma escalada de agravamento. As forças produtivas mundiais foram repostas, e entraram em flagrante contradição com as relações de produção capitalistas na forma monopolista. Eis por que a crise aberta em 2008, nos Estados Unidos, se generalizou mundialmente, e alcançou os patamares da crise de 1929. A restauração em curso na China, sob a forma de capitalismo de Estado, a potenciou economicamente, em detrimento dos Estados Unidos e das demais potências, que enfrentam o declínio. O cálculo do imperialismo se baseava no objetivo de que o ingresso da China na ordem mundial, traçada pelos Estados Unidos e sustentada no pós-guerra, iria desintegrar a burocracia governante e o partido comunista, e

levaria, assim, a uma relação de franca subserviência. A potenciação econômica, baseada em uma poderosa força de trabalho, na estatização dos ramos fundamentais, no aproveitamento tecnológico das multinacionais, e na centralização ditatorial burocrática, abriu um novo período de choque com o imperialismo e, em particular, com os Estados Unidos. Não se trata mais de derrotar o comunismo, mas de impor, às últimas consequências, a restauração, que implica romper o capitalismo de Estado e submeter o país ao capital financeiro. Isso se passa também, apesar das diferenças, com a Rússia. O declínio econômico dos Estados Unidos, no último período do pós-guerra, e emergência da China, deram lugar a retomada aberta da guerra comercial. A economia mundial não pode continuar dependendo do crescimento chinês.

As forças produtivas, de conjunto, não têm como se desenvolver, sob a estrutura monopolista ultraconcentrada, e sob o gigantesco capital financeiro ultraparassitário. É o que explica o fracasso das tentativas do imperialismo de superar a crise aberta em 2008. A eclosão da pandemia, que tomou conta do mundo, se tornou um fator de precipitação da recessão mundial, que já vinha dando sinais. Eis por que a tendência geral é a de acirrar o confronto dos Estados Unidos com a China e Rússia. É nesse marco que se coloca a urgência de a vanguarda construir os partidos revolucionários, e reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista.

A impossibilidade de impulsionar as forças produtivas mundiais resulta em sua desintegração. Formas parasitárias do capital se agigantam, enquanto que as formas produtivas perdem vigor. O crescente desemprego, subemprego e a precarização dos empregos são reflexos do bloqueio às forças produtivas. O que, por sua vez, conduz à redução do valor da força de trabalho. Desde os anos de 1970, a burguesia passou a se utilizar da destruição de antigas conquistas trabalhistas e sindicais. As contrarreformas se tornaram a principal diretriz a ser seguida por qualquer que seja o governo. Os países semicoloniais foram sendo alinhados por detrás dessa orientação mundial. Conjugaram-se os ataques à força de trabalho com os voltados a aumentar o saque das nações oprimidas. A imigração tornou-se um problema explosivo para as potências. A pobreza, e mesmo a miséria, mostraram seu rosto nos países capitalistas mais civilizados do mundo. O que deixou de ser um monopólio dos países atrasados. As chagas sociais do capitalismo se manifestam por toda a parte, sem exceção. A classe média, que se expandiu enormemente no pós-guerra, agora, está em declínio, e pressionada pelo empobrecimento. Os assalariados em geral, principalmente, o proletariado, são empurrados para o precipício do desemprego. É sobre esse terreno que a burguesia retoma a militarização mundial, e potencia os focos de guerra. E tende a reviver as formas ditatoriais e fascistas de governabilidade. De nada adianta a gritaria dos reformistas de que é preciso impedir a total destruição do “Estado de bem-estar social”; de que a democracia é um bem civilizatório que precisa ser protegido. No fundo, cresce o temor do proletariado se erguer e potenciar sua vanguarda revolucionária. Observam-se, com preocupação, os levantes protagonizados por camadas empobrecidas da classe média urbana. É visível o acúmulo de crises, manifestações e enfrentamentos com o Estado burguês, que indicam as tendências gerais de agravamento da luta de classes. Situações pré-revolucionárias e revolucionárias vêm se gestando, em várias partes do mundo. São sinais inconfundíveis de que as massas estão obriga-

das a se defender a qualquer custo. O que caracteriza a situação mundial é o aumento dos desequilíbrios e instabilidades políticas, que têm em sua base a decomposição das forças produtivas e a luta de classes.

O reformismo e a burocracia sindical são os principais muros de contenção da luta de classes e da organização independente do proletariado. A estatização dos sindicatos, que, no capitalismo, é a condição de sobrevivência da casta burocrática, se elevou ao extremo. Os partidos reformistas, socialdemocratas e nacionalistas têm sido fiéis serviçais da burguesia, em geral, e da fração considerada democratizante, em particular. Conservam a capacidade de canalizar a revolta das massas para as manobras parlamentares. É a burocracia sindical, no entanto, a principal barreira à organização independente diante do Estado burguês.

Funciona como agente do reformismo, ou, inclusive, do liberalismo. As divisões interburocráticas cessam, diante do objetivo de conter o descontentamento e a revolta das massas. De traição em traição, a burocracia sindical alimenta a desconfiança, a exasperação e o descrédito das massas na capacidade de luta de suas organizações. Ao submeter os sindicatos à política dos partidos burgueses, o aparato burocrático se contrapõe às necessidades e às reivindicações mais elementares das massas. Sabe que a mobilização da classe operária em defesa dos empregos, salários e direitos se choca com as tendências do capitalismo, de fechamento de postos de trabalho e redução do valor da força de trabalho. Até mesmo a bandeira do salário mínimo necessário à vida da família operária deixou de ser reconhecida, ainda que no palavreado. O programa de reivindicações vitais, se defendido com os métodos da ação direta e por meio da democracia operária,

leva os explorados a combaterem a burguesia e seu governo. Na pandemia, a burocracia, nas suas variadas tendências, colaborou abertamente para se aplicarem as medidas de redução salarial e demissões. A luta implacável contra os bloqueios e os desvios da luta de classes é a condição para a vanguarda com consciência de classe organizar o partido marxista-leninista-trotskyista no seio do proletariado. O que não significa se negar a aplicar a tática da frente única, sempre que as condições exigirem. É nas entranhas da luta que se criam as melhores condições para combater as direções conciliadoras e ajudar os explorados a concluírem suas experiências com as direções traidoras.

A crise de direção revolucionária é o grande problema da humanidade, que se manifesta, objetivamente, nas crises e luta de classes em cada país, e mundialmente. O profundo retrocesso, provocado pelo estalinismo, pela restauração capitalista e pela desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, faz parte do processo histórico da transição do capitalismo para o socialismo, e deste para o comunismo. A interrupção da transição aberta pela Revolução Russa de outubro de 1917, e impulsionada pelas demais revoluções, principalmente na China, representa uma dura derrota do proletariado mundial. Baseado em suas lições e nas novas condições de decomposição do capitalismo, é que se reerguerá e retomará o curso inevitável das revoluções socialistas. Cabe à vanguarda com consciência de classe encarnar essa tarefa, e trabalhar incessantemente, bravamente, pela reconstrução da IV Internacional, Partido Mundial da Revolução Socialista. Esse objetivo estratégico se resolve pondo em pé os partidos-programas, como seções do Comitê de Enlace.

3 de setembro de 2020



83 anos da fundação da IV Internacional

Destacamos deste Manifesto duas passagens:

“Trotsky previa uma profunda mudança, diante da conflagração que se avizinhava (a Segunda Guerra Mundial), cujas consequências levariam a uma nova separação, entre o campo oportunista e o revolucionário. Foi o que ocorreu na Primeira Guerra Mundial, com a capitulação da II Internacional e a constituição da III Internacional. Nesse sentido, vinha trabalhando, desde 1933, pela fundação da IV Internacional. Quando ocorre o Sétimo Congresso estalinizado, em vários países, se constituíram “pequenos grupos de vanguarda”, que impulsionavam o surgimento da nova Internacional. O revisionismo estalinista atingia mortalmente a Comintern. A ruptura programática estabeleceu a separação entre os seus Primeiros Quatro Congressos e os três que se seguiram. A IV Internacional, não só reivindicava o programa originário, como lhe dará continuidade, sob o Programa de Transição. É fundada em 3 de setembro de 1938, em uma pequena localidade nas imediações de Paris, sem que Trotsky pudesse estar presente, devido ao rigoroso exílio no México. Na presente data, 3 de setembro de 2021, cumpre 83 anos”.

“O fortalecimento do imperialismo e o avanço da burocratização da URSS potencializariam as forças restauracionistas. A liquidação da III Internacional retratou o que iria se passar com a mais avançada revolução proletária. Com o avanço da restauração capitalista na URSS, veio o desabamento do Leste Europeu, e o impulso restauracionista na China. Passados 83 anos da fundação da IV Internacional, e 76 anos do fim da 2ª Guerra Mundial, o capitalismo se encontra mergulhado na mais profunda crise estrutural. As forças produtivas em choque com as relações de produção desencadearam uma nova etapa da guerra comercial e do rearmamento mundial. A crise de direção revolucionária, portanto, é o grande obstáculo para o proletariado reassumir seu posto avançado, conquistado na Revolução Russa e com a formação da III Internacional. A vanguarda com consciência de classe tem o dever de assimilar detalhadamente a terrível experiência histórica da traição estalinista, do revisionismo programático ao leninismo, e da restauração capitalista triunfante, para tomar em suas mãos a tarefa de resolver a crise de direção”.

83 anos da fundação da IV Internacional (3 de setembro de 1938)

Jornal Massas 646, 5 de setembro de 2021

Três anos antes da constituição da IV Internacional, Trotsky submeteu o Sétimo Congresso da III Internacional a uma análise crítica, em que demonstra a completa revisão das teses leninistas sobre a guerra imperialista e a política internacional do proletariado. A conclusão de que se tratava da liquidação programática da Internacional se confirmou plenamente.

Em 1919, o Congresso realizado em Moscou deu origem à Internacional Comunista. Sob a direção de Lênin e Trotsky, ocorreram quatro Congressos, por isso se denominaram como os Primeiros Quatro Congressos da III Internacional (1919, 1920, 1921 e 1922). Sob a direção de Stalin, se realizaram três Congressos (1924, 1928 e 1935).

Nota-se o espaçamento crescente entre os Congressos, depois de instalada a burocracia estalinista. Quatro anos se passaram, para a sua direção da Comintern convocar o Sexto Congresso; e sete anos, para o Sétimo e último Congresso.

A II Guerra teve início em 1939, quatro anos após a convocação do Sétimo Congresso. Esse funcionamento espaçado revela o processo de relativização cada vez maior da importância do internacionalismo para a política interna da URSS, embora a luta de classes avançasse mundialmente, e as forças do imperialismo se fossem alinhando em torno a uma nova conflagração entre as potências.

A direção do Partido Comunista da Rússia passou a desconhecer o programa da III Internacional dos Primeiros Quatro Congressos, e a tática correspondente, os que, em grande medida, foram baseados na experiência da I Guerra Mundial, falência da II Internacional, formulações do marxismo-leninismo, Revolução Russa vitoriosa e revoluções derrotadas.

O Sétimo Congresso concluiu o desenvolvimento das revisões iniciadas por Stalin e seus aliados, principalmente a partir da morte de Lênin, em 1924. Em sua crítica ao Sétimo Congresso, Trotsky considera que, quaisquer que fossem os passos dados dali em diante, a III Internacional já não tinha futuro, uma vez que estabeleceu a tática das “frentes populares”, em cuja essência se encontra a política oportunista da colaboração de classes, e cujas consequências políticas conduziam os partidos comunistas a se subordinarem a partidos e governos burgueses. Essa linha foi levada às últimas consequências na França, como demonstra a análise de Trotsky. “Na atualidade,

o único traço que distingue os comunistas dos socialdemocratas é a fraseologia tradicional, e esta não é difícil de esquecer”. Essa conclusão lhe permitiu levantar a hipótese de que, se não fosse o peso dos aparatos, a Segunda e a Terceira Internacional poderiam se valer da frente para dar um passo para uma “plena fusão”. Essa aproximação estratégica significava que se fechava o precipício que se abriu entre o comunismo e a socialdemocracia, durante a Primeira Guerra e a Revolução Russa, portanto, entre a Terceira Internacional e a Segunda. Essa hipótese não se realizou imediatamente. Mas, se confirmou por outro caminho e forma.

Trotsky previa uma profunda mudança, diante da conflagração que se avizinhava, cujas consequências levariam a uma nova separação, entre o campo oportunista e o revolucionário. Foi o que ocorreu na Primeira Guerra Mundial, com a capitulação da II Internacional e a constituição da III Internacional. Nesse sentido, vinha trabalhando, desde 1933, pela fundação da IV Internacional. Quando ocorre o Sétimo Congresso estalinizado, em vários países, se constituíram “pequenos grupos de vanguarda”, que impulsionavam o surgimento da nova Internacional. O revisionismo estalinista atingia mortalmente a Comintern. A ruptura programática estabeleceu a separação entre os seus Primeiros Quatro Congressos e os três que se seguiram. A IV Internacional, não só reivindicava o programa originário, como lhe dará continuidade, sob o Programa de Transição. É fundada em 3 de setembro de 1938, em uma pequena localidade nas imediações de Paris, sem que Trotsky pudesse estar presente, devido ao rigoroso exílio no México. Na presente data, 3 de setembro de 2021, cumpre 83 anos.

Em 1943, no auge da 2ª guerra mundial, Stalin decidiu dissolver a III Internacional, sob o argumento de que permitia ir adiante com a aliança de países em choque com o fascismo. Avaliava que a Internacional Comunista “havia cumprido sua missão histórica”. Na decisão sobre sua dissolução, depois de referir-se ao seu importante papel cumprido, concluiu: “Mas, muito antes da guerra, era cada vez mais patente que, na medida em que se complicava a situação de cada país, tanto interna como internacionalmente, a solução dos problemas do movimento operário de cada país por qualquer centro internacional encontraria dificuldades insuperáveis (...) A marcha

dos acontecimentos durante o último quarto de século, assim como a experiência acumulada pela Internacional Comunista, demonstraram, de maneira convincente, que a forma de organização para agrupar os operários, eleita pelo primeiro Congresso da Internacional Comunista, forma que correspondia às necessidades do período inicial do renascimento do movimento operário, ia caducando, na medida em que se desenvolvia este movimento, e pela complexidade de suas tarefas em diferentes países, chegando inclusive a ser um obstáculo para o fortalecimento posterior dos partidos operários nacionais”.

Essas duas passagens da resolução, aprovada em 15 de maio de 1943, pelo Presidium do Comitê Executivo da Internacional Comunista, atestam claramente a negação estalinista de que a III Internacional se constituiu como um Partido Mundial do proletariado, voltado a desenvolver a luta de classes, e a preparar as condições da revolução social em cada país, como parte do internacionalismo comunista. Nota-se que, quando diz que “se complicava a situação de cada país” e que “qualquer centro internacional” seria um estorvo, está expressando os percalços de levar adiante a política de colaboração de classes. Menos de um mês depois, 9 de junho de 1943, G. Dimitrov assinava o termo de dissolução da III Internacional, em comunicado de três breves pontos. Diz que foi uma decisão unânime, e que encarregou uma “Comissão”, composta por Dimitrov (presidente), Ercoli, Manuiski e Pieck, para pôr em “prática a liquidação de assuntos pendentes, dos organismos, dos serviços e dos bens da I.C”.

Não existe, na história do movimento operário e das Internacionais, um comunicado tão miserável e criminoso como o da liquidação da III Internacional. Rasgaram-se todos os disfarces verbais que ocultavam a liquidação da III Internacional,

já no Sétimo Congresso, de 1935. Stalin e sua camarilha termidoriana entregaram a mais potente obra do proletariado, como prêmio aos aliados vencedores da 2ª Guerra Mundial. Os nazifascistas foram derrotados, o que possibilitou a elevação dos Estados Unidos como a maior potência dominante, e uma nova partilha do mundo. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas foi preservada, e a III Internacional, liquidada. Mas, as leis da história são imperativas. O fortalecimento do imperialismo e o avanço da burocratização da URSS potencializariam as forças restauracionistas. A liquidação da III Internacional retratou o que iria se passar com a mais avançada revolução proletária. Com o avanço da restauração capitalista na URSS, veio o desabamento do Leste Europeu, e o impulso restauracionista na China. Passados 83 anos da fundação da IV Internacional, e 76 anos do fim da 2ª Guerra Mundial, o capitalismo se encontra mergulhado na mais profunda crise estrutural. As forças produtivas em choque com as relações de produção desencadearam uma nova etapa da guerra comercial e do rearmamento mundial. A crise de direção revolucionária, portanto, é o grande obstáculo para o proletariado reassumir seu posto avançado, conquistado na Revolução Russa e com a formação da III Internacional. A vanguarda com consciência de classe tem o dever de assimilar detalhadamente a terrível experiência histórica da traição estalinista, do revisionismo programático ao leninismo, e da restauração capitalista triunfante, para tomar em suas mãos a tarefa de resolver a crise de direção.

***Viva os 83 anos da IV Internacional!
Reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista!***

84 anos da Fundação da Quarta Internacional

(3 de setembro de 1938)

Partido Mundial da Revolução Social

Trotsky, 14 de julho de 1935

Ao Secretariado Internacional

Queridos Camaradas:

1. Devemos dar um nome a nossa Internacional. “Quarta” é somente um número, não um nome. Não pode chamar de Socialista nem Comunista, porque os dois nomes já estão tomados e muito desprestigiados. Certamente, no futuro, o devolveremos a palavra “comunismo”, a bandeira de Marx e Lênin, toda sua honra. No momento, não podemos utilizá-la “socialista revolucionária” tampouco significa grande coisa, porque é o rótulo por trás do qual os centristas conseguem ocultar-se. Parece-me que o único nome apropriado para nossa Internacional é Partido Mundial da Revolução Social. Esse nome tem o enorme mérito de caracterizar, claramente e sem ambiguidades, a tarefa histórica de nossa época, justificando assim a existência da nova Internacional. A Segunda Internacional se encontra prostrada sobre as ruínas do capitalismo. A Terceira Internacional é um instrumento para manter o regime da burocracia soviética. A Quarta Internacional é o Partido Mundial da Revolução Socialista. Com o passar do tempo, nossas seções poderão adotar esse nome, ao menos como insígnia. Por exemplo: “Partido Operário dos Estados Unidos (seção norte-americana do Partido Mundial da Revolução Social)”.

Seria completamente errôneo retrucar que a revolução social não é a tarefa única e exclusiva do movimento operário, já que todas as lutas deste período devem ser adaptadas às necessidades da revolução social, e o nome do partido deve indicar qual é a sua tarefa principal. Seria ainda mais errô-

neo dizer que o nome poderia assustar as ‘massas’. Seria um argumento clássico dos centristas. A revolução não é tão somente uma perspectiva histórica, mas sim a tarefa do momento. Nossa orientação consiste precisamente em denominar essa tarefa histórica pelo seu nome. O nome deve corresponder ao pensamento e à imaginação das massas e, por sua vez, nos diferenciar claramente das demais organizações.

O problema do nome é de grande importância. Portanto, é preciso elegê-lo com todo o cuidado, e com maior unanimidade possível. É absolutamente necessário que todas as seções coloquem este problema na ordem do dia de suas reuniões e o discutam. Ao mesmo tempo, se deve informar a todas as seções acerca das demais propostas, de maneira que possamos estabelecer o nome da nova Internacional, por meio de um referendo; digamos que para meados de setembro. Acredito que se poderiam realizar reuniões públicas para discutir esse tema. Nossos propagandistas poderiam expor com seriedade os motivos do nome, e depois se votaria. Dessa maneira, setores mais amplos se considerariam cofundadores da nova Internacional.

2. Pode supor-se que Moscou esteja preparando um amálgama para fortalecer a anterior e conseguir novas vítimas. É absolutamente necessário que nossa imprensa trate do problema. Também seria bom redigir um memorando explicativo para a imprensa operária mundial. O último número do Rundschau contém muita informação a respeito. O camarada Parabellum poderia utilizar a imprensa russa para esse

memorando, que então poderia ser publicado em nome do Secretariado Internacional (SI).

3. A respeito do assunto do Conselho Geral: os conselheiros de cada cidade formam um comitê de ação que, naturalmente,

não tem poder de decisão, mas que poderia ser de grande ajuda nesse sentido. O eixo central seria os conselheiros parisienses, que poderiam desempenhar um papel importante diante de uma colaboração regular com o Secretariado de Amsterdam.

Gorbachev serviu ao imperialismo

Não há nada de surpreendente ou de estranho no fato das potências, que no momento alimentam a guerra na Ucrânia e fizeram de seu povo bucha de canhão, exaltar Gorbachev que acaba de morrer e, por outro lado, condenar Putin.

James Baker, ex-Secretário de Estado dos EUA, do governo Bush, fez sua despedida, nos seguintes termos: “A história vai lembrar de Mikhail Gorbachev como um gigante que levou sua grande nação para a democracia. Ele teve um papel crucial na conclusão pacífica da Guerra Fria, ao decidir não usar a força para manter a união do império. O mundo livre sente muitas saudades dele”. Em setembro de 1989, James Baker negociou, com o ministro russo Shevardnadze, o desarmamento, que ficou denominado START I. É no marco dessa negociação, que Bush pressiona Gorbachev a caminhar no sentido de integrar a URSS na órbita do comércio mundial. O que implicaria ceder à reunificação da Alemanha e ao movimento restauracionista no Leste Europeu. Esses acordos favoráveis ao imperialismo concluiriam com o fim do Pacto de Varsóvia, em julho de 1991, pouco antes da dissolução da URSS. Nota-se que o processo de restauração capitalista abria caminho para a expansão da OTAN.

O ex-primeiro Ministro da Inglaterra, por sua vez, aproveitou para elogiar o cozeiro da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e desancar Putin: “*Eu sempre admirei a coragem e a integridade que ele demonstrou, ao terminar a Guerra Fria de forma pacífica. Em uma época de agressão de Putin à Ucrânia, o comportamento incansável para abrir a sociedade soviética ainda é um exemplo para todos nós*”.

Por último, vale a pena transcrever a homenagem do Instituto Reagan: “*A Fundação e Instituto Reagan lamentam a perda do líder soviético Mikhail Gorbachev, um homem que já foi adversário político de Ronald Reagan, e que terminou tornando-se um amigo. (...)*”

Estados Unidos e Inglaterra, os dois maiores carneiros do mundo, homenageiam Gorbachev justamente por ter favorecido a expansão da OTAN na Europa, o que lhes permite, agora, em meio à profunda crise mundial, promover a guerra na Ucrânia, e montar um cerco à China.

O fato é que Gorbachev, com sua Glasnost-Perestroika, se ajoelhou diante de presidente dos Estados Unidos Ronald Reagan, e da primeira-Ministra Margaret Thatcher, da Inglaterra. O acordo de 1987 sobre armas nucleares foi ditado pelas duas potências a Gorbachev, visando a desarmar a URSS, e a enfraquecer o máximo possível sua capacidade de defesa. A ilusão do homem da Perestroika e de sua camarilha no apodrecido PCUS, de que estariam pondo fim à “Guerra Fria”, ao desarmamento da OTAN e a um novo equilíbrio multilateral, tão-somente servia de cobertura à contrarrevolução restauracionista, que minou os alicerces do que restava da Revolução de Outubro de 1917, desintegrou a URSS, que, finalmente, foi abolida em dezembro de 1991. Gorbachev já está na história, não como estadista, mas como reles instrumento de Reagan, Thatcher e demais governos imperialistas.

Alguns fatos mencionados nos elogios dos opressores dos povos coloniais e semicoloniais falsificam a história, invertendo o seu significado. A “Guerra Fria” não foi concluída com os tratados assinados por Gorbachev. O que ocorreu foi a mudança de forma. O seu objetivo, portanto, o seu conteúdo, de liquidar a URSS, foi alcançado, mas a existência e o fortalecimento da OTAN estavam e estão determinados pelo esgotamento da partilha do mundo estabelecida no final da Segunda Guerra. As forças produtivas altamente desenvolvidas voltaram a se chocar com as relações capitalistas de produção e com as fronteiras nacionais. O que obriga e impulsiona

na os Estados Unidos e aliados imperialistas a romperem as fronteiras nacionais que resguardam potencial econômico. Se a guerra comercial não é suficiente para dobrar os países que protegem suas fronteiras nacionais – riquezas naturais, mercado, influência regional e protecionismo estatal –, recorrem-se às pressões militares e, em último caso, à guerra. É o que se encontra na base da guerra da Ucrânia e da ofensiva contra a China. Não bastou, portanto, Gorbachev e os demais governos restauracionistas, que inclui o de Putin, terem destruído a URSS, bem como a China ter aberto sua economia para a penetração maciça do capital monopolista, é preciso que disponham suas riquezas naturais e que entreguem o controle do Estado às forças francamente pró-imperialistas.

Não é tolerável, nas condições de desintegração do capitalismo, que nenhum país exerça controle nacionalista e limite a penetração do capital financeiro e do monopólio industrial. As economias de todos os países devem ser administradas e controladas pelo punhado de potências, e, acima delas, pelos Estados Unidos. Essa é a estrutura mundial originada da Segunda Guerra. Para se impor em toda a linha, era imperativo acabar com a URSS e eliminar pela raiz as conquistas das revoluções do século passado. Os acontecimentos mostram que o fato de a Rússia manter seu poder militar, ainda que com reduzida capacidade econômica, se comparada com as potências, e a China ter se erguido como um gigante econômico, limitou o raio de ação do imperialismo, nas condições de declínio da economia norte-americana.

Essa limitação ganhou proporções de desencadear a guerra comercial desde os anos de 1970. O Leste Europeu, a URSS e a China foram envolvidos pelo turbilhão desencadeado pelo esgotamento da partilha do mundo. O PCUS estalinizado até a medula e a camarilha de Gorbachev procuraram se adaptar às tendências desintegradoras da crise mundial. O pacifismo pró-imperialista – o pacifismo é a negação e o combate burguês à luta de classes do proletariado – acabaria entregando as ex-repúblicas populares do Leste Europeu à administração da OTAN, um potente braço armado dos Estados Unidos na Europa, que iria, passo a passo, recrudescendo o cerco à Federação Russa, nascida das cinzas a URSS. Aí está a guerra da Ucrânia como prova da criminoso ideologia e política da Glasnost-Perestroika, cujo resultado historicamente decisivo foi o de liquidar a URSS, promover a diáspora das quinze repúblicas soviéticas, desencadear golpes de Estado e guerras civis, impulsionar o processo de privatizações, e dar origem a uma nova classe de empresários, regida por uma oligarquia burguesa.

Não por acaso, as vozes do imperialismo ressaltam as “reformas democráticas” da Glasnost (abertura política), de 1989. Gorbachev deu um importante passo, ao retirar o poder centralizador do PCUS e ao estabelecer uma forma parlamentar e eleitoral distinta da estrutura soviética, sendo que Soviète Supremo (conservava-se ainda o nome) seria regido por uma espécie de presidente, típico da democracia burguesa. A reestruturação política e burocrática do Estado, assim, se ajustava aos objetivos de implantar as medidas econômicas restauracionistas. Essa nova estrutura permitiu o surgimento de variadas forças políticas, da ultradireita à esquerda socialdemocrata, mas todas condicionadas pelo impulso restauracionista da Perestroika.

Do ponto de vista econômico, Gorbachev e seus asseclas arquitetaram o Plano dos 500 dias, aprovado por quase unanimidade no Soviète Supremo, controlado pela fração do privatista Boris Ieltsin. Em essência, abolia a economia planificada, acabaria com o monopólio do comércio exterior, assinalava o processo de priva-

tições, e aplainava o caminho para a implantação da economia de mercado.

De conjunto, essas foram as grandes contribuições de Gorbachev para a liquidação da URSS e continuidade do processo de restauração na Federação Russa, sob o governo de Ieltsin e de Putin. O imperialismo, evidentemente, tem uma dívida de gratidão impagável. Gorbachev foi um epígono do estalinismo, a quem coube encarnar plenamente a contrarrevolução restauracionista. Morreu tarde, o sabujo do imperialismo e traidor da revolução de Outubro!

O Partido Operário Revolucionário (POR) da Bolívia, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV internacional (CERQUI), sob a direção de Guillermo Lora, respondeu à Glasnost-Perestroika, quando Gorbachev agia para derrubar o sistema soviético e alimentar as forças restauracionistas. O livro “A Contrarrevolucionária Perestroika”, de Lora, demonstra, ponto a ponto, o curso de destruição das mais avançadas conquistas históricas do proletariado russo aliado com as massas camponesas pobres. Não só demonstra, como aplica, o programa da revolução política elaborado por Trotsky e aprovado pela IV internacional,

O artigo abaixo, do Jornal Massas, do POR da Bolívia, foi publicado pouco antes da morte de Gorbachev. Tem importância pela atualização da questão da restauração capitalista na Rússia. Isso nas condições da guerra na Ucrânia, cerco militar dos Estados Unidos à China e, assim, da crise mundial do capitalismo. É imprescindível para a compreensão da linha desenvolvida pelo marxismo-leninismo-trotskyismo, diante do avanço da contrarrevolução estalinista, que levou à liquidação da URSS, a obra de Guillermo Lora, “A Contrarrevolucionária Perestroika”.

Guillermo Lora e o processo da restauração capitalista

É inquestionável a contribuição de Guillermo Lora para o entendimento do processo de restauração capitalista e de derrocada do estalinismo e suas consequências para o desenvolvimento do pensamento do marxismo-leninismo-trotskyismo em nível mundial.

Guillermo Lora, a propósito do XXVIII Congresso do PCUS, diz: “As novidades na transformação organizativa do PCUS – de maneira sintética, as características de um partido de um novo tipo – estão sendo ditadas pelo propósito da restauração capitalista, impulsionado pela Perestroika. Para as camarilhas burocráticas, apesar da luta acirrada entre si, que continuam controlando o comando do degenerado PCUS, já não é preciso um partido revolucionário, mas um partido capaz de destruir totalmente a obra e a herança da revolução proletária de 1917. Não se pode negar que o Congresso, que analisamos, é notável neste processo de destruição das bases do Estado operário” (Primeiras considerações sobre o XXVIII Congresso do PCUS. Ed. La Colmena, nº 373 LP 13 /VII/1990)

O Programa do POR boliviano, atualizado em 1991, durante a vida de Guillermo Lora e por meio de sua pena, avaliou assim as razões pelas quais não se materializou a Revolução política, que expulsasse a burocracia estalinista do poder.

“A Perestroika levou a seu ponto extremo os golpes da burocracia contra as bases econômicas do Estado Operário, voltados para a restauração do capitalismo, da economia de mercado. No doloroso parto da nova sociedade, ocorrem retrocessos profundos com características trágicas.

No entanto, a momentânea restauração capitalista – que tem lugar sob os aplausos do imperialismo – não levará ao rejuvenescimento desse sistema caduco, pelo contrário, não demorará para ser varrido pela revolução proletária.

A ausência do Partido Revolucionário do Proletariado da Quarta Internacional não permitiu a necessária vitória da revolução política nos Estados Operários degenerados, apesar da ofensiva das massas que se deu nesses países, juntamente com a decomposição do es-

nas condições em que as massas oprimidas se levantavam no Leste Europeu, desde meados dos anos de 1950. Evidencia-se o prognóstico de Trotsky de que, sem que houvesse a derrubada da burocracia estalinista e a realização de uma grande reforma no PCUS e no Estado Operário degenerado, a contrarrevolução termidoriana continuaria a avançar, instigada e apoiada no cerco mundial do imperialismo à URSS. Essa linha teve sua maior e mais expressiva comprovação quando a Glasnost-Perestroika conduziu à demolição da URSS. Momento em que se manifestou de forma mais acirrada a crise mundial da direção revolucionária. Agora, diante da guerra na Ucrânia, a classe operária e sua vanguarda internacional se veem diante da necessidade de retomar o programa do bolchevismo, as experiências da revolução proletária, as lições históricas da constituição da URSS e os ensinamentos dos avanços e retrocessos do processo de transição do capitalismo ao socialismo, para avançar na tarefa de superar a crise de direção, reconstruindo o Partido Mundial da Revolução Socialista. Viva o comunismo, a sociedade sem classes! Morram o capitalismo e os traidores da revolução!

talismo, produto da luta interna que se desenvolveu no seio do governo soviético (Yeltsin-Gorbachev), que terminou em favor do primeiro”. (Programa do POR, ponto 4, 1991)

Primeiro Congresso CERQUI, de 1994.

“O avanço capitalista ainda não gerou uma burguesia russa (...) Mas, o fato decisivo é que o aparato estatal ainda permanece nas mãos da burocracia estalinista que, tendo traído a revolução, deve continuar sendo considerada um tumor na classe operária... Seria incorreto confundir a burocracia com a burguesia, como fizeram alguns que se consideravam trotskistas. Outra seria a questão se a burguesia substituiu a burocracia no poder, a classe operária teria então a tarefa de expulsá-la da direção do aparato estatal. No momento este não é o caso. A tarefa dos trabalhadores agora é expulsar a burocracia estalinista do poder, enterrar os restos dos traidores do proletariado. Deve ficar claramente estabelecido que, na Rússia e nos países da ex-URSS, assim como na China e em Cuba, a classe operária tem a tarefa de expulsar o estalinismo do poder, para que o Estado passe para as mãos dos trabalhadores. A isso chamamos isso de revolução política, que é diferente de revolução social” (Resolução, Primeiro Congresso CERQUI, 1994).

Naquela época, ainda não parecia ter sido gerada uma burguesia russa capaz de submeter a burocracia, mas hoje essa oligarquia burguesa deu passos gigantes, ao ponto de que seus interesses guiam as ações do Estado russo, as relações de propriedade e troca, e todo o aparato produtivo controlado pelo Estado está a serviço de sua potenciação.

A Rússia tem hoje um Estado burguês, constituído sobre a base de relações sociais fundadas no respeito à grande propriedade privada burguesa, administrada por uma burocracia recrutada para assegurar a primazia dos interesses capitalistas da oligarquia burguesa. A forma atual de Capitalismo de Estado, imposta pela fração Putin, como resposta ao desastre econômico causado pela privatização desenfreada de Ieltsin, visa a fortalecer a restauração capitalista, que já liquidou o Estado Operário e

o substituiu por um Estado burguês, portanto, torna-se válida a segunda parte da previsão de Lora: “...se a burguesia substituiu a burocracia no poder, a classe operária teria então a tarefa de expulsá-la da direção do aparato estatal”, ou seja, uma nova revolução social.

A degeneração estalinista da burocracia soviética se desenvolveu ao ponto de sofrer uma mudança qualitativa, tornando-se uma oligarquia burguesa, abertamente restauracionista do capitalismo,

renegada do objetivo socialista.

Essa oligarquia de bilionários, que vem da burocracia estalinista, com uma riqueza rapidamente acumulada durante a era de privatização de Ietsin, detém o poder e controla o Estado russo, é, portanto, a nova burguesia russa em desenvolvimento (processo dialético). São empresários, proprietários privados de grandes capitais colocados no sistema bancário internacional e em empresas privadas, dentro e fora da Rússia.

O fato de que os setores fundamentais da economia tenham sido recuperados por Putin como propriedade do Estado, em resposta ao colapso econômico causado pelas privatizações de Ietsin, não faz do Estado russo um Estado “Operário degenerado ao extremo”. A nacionalização burguesa não é sinônimo de socialismo. (Os grifos são nossos, da redação)

(Extraídos do *Jornal Massas*, nº 2713, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Bolívia / Conferência Nacional do Partido Operário Revolucionário (POR-Bolívia)

No último final de semana, nos dias 27 e 28, realizou-se a Conferência Nacional do POR, 2022. Um breve resumo das resoluções que foram discutidas e aprovadas:

A crise econômica mundial, agravada pela guerra na Ucrânia, é produto do sistema capitalista decadente. O acirramento dos conflitos sociais, derivados da crise econômica, atualiza o problema da crise de direção revolucionária, e põe à prova o programa político de todas as tendências, que se dizem proletárias e revolucionárias. A única resposta revolucionária passa pela compreensão de que somente o proletariado, apoiado em seu programa e estratégia política, e voltado a assentar as bases do socialismo, poderá alcançar uma paz duradoura, que torne realidade o direito à autodeterminação das nações, em um mundo sem explorados e exploradores. A tarefa envolve a necessidade de impor o desmantelamento da OTAN, a expulsão das bases militares dos EUA na Europa e no mundo, e a retirada das tropas russas da Ucrânia.

Na situação nacional, a profundidade da crise estrutural do capitalismo revela o esgotamento do Estado e da política burgueses. A classe dominante parasitária, o Estado burguês e as expressões políticas da direita tradicional e do reformismo, desde o poder político, esgotam todos os seus esforços para salvaguardar os interesses das multinacionais imperialistas e das débeis empresas privadas nacionais. Em muitos países do continente, como resultado da grande agitação social, que prevalece sem encontrar uma solução revolucionária, os governos reformistas burgueses e os da direita tradicional se sucedem no poder político – alternadamente. Não é mais possível alcançar o desenvolvimento dos países semicapitalistas no âmbito do capitalismo.

A única razão pela qual as ações das massas, na atual conjuntura, não se projetam para uma perspectiva revolucionária, que consiste em acabar com o Estado burguês corrupto, e incapaz de implantar um novo Estado operário e camponês, é a ausência política do proletariado como direção da nação oprimida. Essa ausência, no entanto, não significa que a política revolucionária não esteja presente, ela foi forjada programaticamente no proces-

so anterior de grande ascensão das massas bolivianas, que viveu até maio de 1971, cuja expressão culminante foi a Assembleia Popular, onde o proletariado estava prestes a tomar o poder. Está presente no Partido Operário Revolucionário que luta, junto com os partidos trotskistas da região, para reconstruir a Quarta Internacional, como o Partido Mundial da Revolução Socialista.

A crise interna do MAS é consequência de suas limitações políticas de conteúdo burguês e seu esgotamento político no poder, afundado em corrupção e servilismo à burguesia e ao imperialismo. O MAS está passando por seu período de agonia, porque se esgotou politicamente. A situação econômica do país é tal que o Estado está à beira da falência. Sua principal fonte de receita: a venda de gás para o Brasil e Argentina conclui no esgotamento das reservas; o governo do MAS desperdiçou os recursos extraordinários que recebeu naquele período de expansão econômica, perdendo a oportunidade de promover o desenvolvimento e a diversificação produtiva do país; agora, está consumindo as reservas internacionais, e endividando-se com os abutres do sistema financeiro internacional, para manter a precária estabilidade econômica, uma vez que desesperadamente coloca em leilão as reservas minerais e de lítio, atendendo à voracidade imperialista, com o objetivo de melhorar os ingressos do Estado por meio de miseráveis rendas provenientes do saque imperialista.

As políticas anunciadas de “industrialização de matérias-primas” e “substituição de importações” não são viáveis no marco da política rentista da M.A.S., contrárias ao necessário processo de industrialização e desenvolvimento integral do país.

Cabe ao POR a tarefa de organizar a classe operária, sob suas próprias bandeiras, retomando sua tradição de luta revolucionária, que permanece latente como referência histórica. Na medida em que a impostura masista desmorona e a crise social e econômica do capitalismo se agudiza, coloca-se diante das massas a necessidade de uma verdadeira transformação da sociedade caduca.

(Extraído do *Jornal Massas* nº 2713, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Escute o Massas,
podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

O Partido Operário Revolucionário (POR-Brasil) se solidariza com Rodrigo Echalar Amorós, condena a perseguição política ao dirigente da COD e chama os sindicatos, movimentos e correntes que se reivindicam do socialismo a se colocarem em defesa do direito de manifestação, expressão e organização de todos aqueles que empunham as reivindicações dos explorados, e enfrentam os governos burgueses opressores.

Contundente marcha de protesto dos trabalhadores chuquisaqueños contra a perseguição política a Rodrigo Echalar!

Na quarta-feira, 24 de agosto, na capital do país, os trabalhadores convocados pela COD (Central Operária Departamental) de Chuquisaca fizeram uma grande marcha, rechaçando a perseguição política ao seu dirigente Rodrigo Echalar Amorós, e repudiando a criminalização do protesto e a violação do direito sindical.

Os trabalhadores também exigiram respeito às suas conquistas trabalhistas, e a atenção às suas necessidades, com maior orçamento por parte das autoridades.

Após a marcha, foi realizada uma manifestação na Praça 25 de Maio, onde tomaram a palavra representantes da SEDCAM, da Federação de Saúde Pública, CIDEPRO e representantes da COD, Rodrigo Echalar e Williams Vargas.

Foi uma marcha impressionante dos setores de trabalhadores, que manifestaram seu descontentamento, indignação e repúdio à denúncia penal feita à Justiça por militantes do MAS contra o dirigente da COD, Rodrigo Echalar. As pessoas que estavam nas calçadas aplaudiram os manifestantes.

Quanta diferença com a marcha montada pelo governo no dia seguinte em La Paz; massiva, à custa do uso da força compulsória do Poder e dos recursos do Estado. Em Sucre, por outro lado, foi uma genuína expressão de repúdio ao governo e sua intenção de encarcerar Rodrigo Echalar, sob nenhuma participação do poder econômico ou estatal.

Os masistas usam o argumento falacioso de que Rodrigo foi o protagonista do “golpe” de direita contra o governo de Evo Morales em 2019. Rodrigo foi o protagonista da luta da população oprimida do sul contra o governo de Evo Morales, no marco da revolta popular nacional de amplíssimos setores da pequena burguesia urbana, indignados com a forma arrogante e cínica com que o presunçoso Evo Morales tentou eternizar-se no poder, ignorando os resultados do plebiscito de 21 de fevereiro de 2016, primeiramente, e, depois, pela escandalosa fraude nas eleições de 2019, para continuar a gozar da doçura

do Poder, governando de mãos dadas com a burguesia e as multinacionais, mas em nome do povo trabalhador.

Rodrigo, à frente da Caravana do Sul, encarnou a corrente popular plebeia, que procurou disputar a direção com a velha direita racista, encabeçada pelo Facho Camacho e o traidor Marco Antonio Pumari, que se vendeu ao empresário fascista de Santa Cruz que, brandindo a bíblia e a cruz dos conquistadores como símbolos da opressão branca, queimaram as wiphala indígena.

A COD chuquisaqueña, por sua posição de independência do governo, se distingue do restante das CODs, submetidas ao poder do governo. Independência pela qual Rodrigo Echalar é em grande medida responsável. É por isso que o governo do MAS agora pretende colocá-lo na cadeia.

QUEM ESTÁ POR TRÁS DA PERSEGUIÇÃO POLÍTICA CONTRA O DIRIGENTE RODRIGO ECHALAR AMORÓS?

Verónica Huanca, ex-assessora jurídica da Federação durante a gestão da FIRME, atual membro do suposto “Comitê Promotor da Justiça”, braço operacional do MAS, para desenvolver a perseguição política contra os dirigentes que não se submetem ao oficialismo. Além de se autoproclamar representante de Direitos Humanos, é uma das denunciantes contra o ex-executivo da Federação, Rodrigo Echalar Amorós, pelo suposto “golpe de Estado”. Willma Murillo, que está por trás dos processos sindicais contra os dirigentes dos professores, é a mesma que testemunhou contra o magistério, para que congelassem as contas da Federação por uma quantia de mais de 452.000 Bs., e Manuel Claire, que defendeu a teoria do suposto “Golpe de Estado”, no último congresso do CTEUB.

(Extraído do Jornal Massas 2713, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS

Iraque

DESAGREGAÇÃO DO REGIME POLÍTICO

Em 30 de julho, partidários de Muqtada al-Sadr, um clérigo e político xiita dissidente do regime iraniano, anunciou sua renúncia a toda atividade política, e convocou seus seguidores a apoiar o aiatolá Kadhim al Haeri, que renunciou a seu cargo em favor da liderança do aiatolá Alí Jamenei, do Irã, denunciando-a como uma “demissão forçada” e um reforço da influência iraniana no país.

O movimento “sadrista” – a maior força eleitoral do país (10% do total) –, durante meses, pretendeu formar um governo que excluísse a liderança do movimento xiita rival, Nuri al-Maliki, primeiro-ministro, entre 2006 e 2014. Para consegui-lo, procurou um acordo com as facções sunitas e curdas. Mas, todas suas tentativas fracassaram. A recente renúncia de seus 73 deputados e a invasão pelos “sadristas” do Parlamento objetivaram impedir que se estabelecesse um governo das forças políticas e sectárias, acusadas de favorecerem as “influências externas” no país.

No entanto, o arriscado golpe “sadrista” não fez outra coisa que agravar a crise política, que vinha ganhando força desde as eleições do ano passado. A invasão do Parlamento e os choques de rua entre as facções sectárias resultaram em uma violenta repressão, com mais de trinta mortos e 700 feridos. Ao enfrentar uma acirrada reação das forças políticas e sectárias rivais, al-Sadr, finalmente, desistiu de desestabilizar o regime, convocou seus seguidores a abandonarem os protestos, e até criticou aqueles seus partidários que recorreram à violência. A capitulação de al-Sadr e sua traição às massas que convocou a defender suas posições políticas foi tão rápida e conclusiva como sua tentativa golpista de impor suas condições. O que, longe de pacificar o país, impulsionará ainda mais a base social de seus apoios, e a desagregação do regime político iraquiano que, desde as passadas eleições, paira no ar após nunca ter conseguido formar um governo.


A congênita e fisiológica instabilidade do regime político imposto pelo imperialismo, depois de arruinar e invadir o país, baseado na “repartição de cotas do poder” entre as facções curdas, sunitas e xiitas, e que visava a equacionar os conflitos internos, e prover uma base de operações estável ao imperialismo, para manobrar livremente na região, não se sustenta. A caricatura de democracia, imposta de fora para dentro do país, demonstrou-se impotente para superar os choques e divisões, que decorrem da permanência do atraso do país e das pressões da guerra comercial entre as potências, que se acham em disputa pela influência, territórios e recursos da região: Rússia e China, de um lado, e o imperialismo, chefiado pelos EUA, de outro.

Ocorre que a partilha do poder desconheceu que as facções sectárias não são homogêneas, e estão assentadas em divisões tribais e territoriais, que nem sempre correspondem às alianças políticas ocasionais, impedindo, portanto, qualquer governo de contar com apoio firme. Sob o pano de fundo dos choques políticos, acha-se a luta pelo controle das fontes de matérias-primas e o manejo dos fundos bilionários em receitas obtidas pela exportação de petróleo. Eis por que a disputa pelo controle das riquezas e subjugação dos governos da região pelas potências não podia deixar de refletir a realidade histórica, política e social que surgem do atraso e da opressão nacional.

A desagregação do regime político, por outro lado, reflete as tendências de agravamento da decomposição capitalista. A alta inflacionária dos preços dos produtos de consumo básico, impulsionada pela crise econômica e agravada pela guerra na Ucrânia, reforçou as tendências de desagregação entre as forças religiosas e nacionais. Ainda reverberam os ecos da revolta da juventude e operários dos anos anteriores, que se ergueram em defesa dos empregos, salários e direitos. E estão latentes e crescendo as revoltas operária e popular pelo mundo todo. A barbárie capitalista obriga os explorados a se rebelarem em defesa de suas necessidades e métodos de luta. O que não tardará em ganhar expressão no país, submetido à brutal opressão social e nacional.

A experiência histórica ensina que as reivindicações econômicas e democráticas mais elementares acabam abrindo caminho, cedo ou tarde, às reivindicações anti-imperialistas e anticapitalistas. Mas, para que o instinto de revolta dos explorados contra o capitalismo decadente se transforme em política consciente, deve estar presente na situação uma vanguarda revolucionária, forjada em partido, marxista-leninista-trotskista. A tragédia das massas iraquianas reside, precisamente, em que está ausente essa vanguarda, que encarne seus interesses elementares, e eleve politicamente seu instinto à altura das tarefas democráticas e revolucionárias. Sem dúvida, o profundo atraso político e a persistência da influência religiosa são também poderosas travas.

Daí a importância de a vanguarda com consciência de classe mundial redobrar seus esforços por reconstruir a direção do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional, que ajudará os explorados iraquianos a romperem os entraves das divisões sectárias, religiosas e nacionais. Libertos das cadeias do obscurantismo e do atraso político, romperão com as divisões que tanto favorecem seus opressores, e os mantêm submetidos à brutal opressão social e nacional.




Lições da Comuna de Paris
Março / Maio de 1871

LANÇAMENTO LIVRO

Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.



**Novo
Coleção
Editorial**

RS\$ 15

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS

Damos continuidade à publicação de formulações de Lênin sobre a natureza do Estado operário

Abaixo publicamos um dos pontos do esboço redigido por Lênin para o Sétimo Congresso Extraordinário do PC(b)R, realizado entre 6 e 8 de março de 1918. Foi o primeiro Congresso a ser realizado depois da vitória da revolução de Outubro. Este Congresso tinha como principal objetivo decidir sobre um acordo de paz com a Alemanha, que se denominou acordo de Brest-Litovsk. Neste Congresso, também foi realizada uma revisão do programa e o nome do partido. As “Dez Teses sobre o Poder Soviético” constituem uma das partes da revisão programática. Expressaram de forma sintética os fundamentos históricos do Estado Operário.

Assinalamos a importância do ponto 3, que distingue com absoluta clareza a democracia soviética da democracia burguesa. A definição do “poder soviético como forma da ditadura do proletariado e do campesinato pobre” expõe a essência do novo Estado. E o ponto 2 indica as condições de classe para que o sistema soviético se erga sobre as cinzas do velho Estado de opressão da minoria sobre a maioria. O que exige a união das camadas mais ativas dos explorados, e que tenham elevado a sua consciência de classe, com a vanguarda revolucionária.

Dez teses sobre o Poder Soviético

Consolidação e desenvolvimento do poder soviético

Lênin, escrito antes de 8 de março de 1918

A consolidação e o desenvolvimento do poder soviético, como forma da ditadura do proletariado e do campesinato pobre (semiproletários), forma já provada na experiência, promovida pelo movimento de massas e pela luta revolucionária.

A consolidação e o desenvolvimento devem consistir na realização (a realização mais ampla, mais geral e planejada) das tarefas que historicamente correspondem a esta forma de poder estatal, a este novo tipo de Estado, a saber:

- 1) União e organização das massas trabalhadoras e exploradas oprimidas pelo capitalismo, e somente destas massas; isto é, somente os operários e o campesinato pobre, os semiproletários, excluindo automaticamente as classes exploradoras e os representantes ricos da pequena burguesia;
- 2) União da parte mais dinâmica e com consciência de classe das classes oprimidas, sua vanguarda, a qual deve educar toda a população trabalhadora sem exceção, não teórica, mas sim praticamente, para que participe por si mesma no governo do país;
- 3) Supressão do parlamentarismo (como separação da atividade legislativa e executiva); união da atividade estatal legislativa e executiva. Fusão da administração com a legislação;
- 4) Vinculação mais estreita de todo o aparato do poder estatal e a administração estatal com as massas, ao contrário das velhas formas da democracia;
- 5) Criação de uma força armada de operários e camponeses que esteja o menos possível separada do povo (soviets = operários e camponeses armados). Caráter organizado do armamento de todo o país, como um dos primeiros passos para o armamento de todo o povo;
- 6) A mais completa democracia, sobre a base de um menor formalismo, e a uma maior facilidade para eleger e revogar;
- 7) Estreita (e direta) vinculação com as ocupações e com as unidades produtivo-econômicas (eleições por fábrica e por zonas camponesas locais e manufatureiras). Esta estreita vinculação permite realizar profundas transformações socialistas;
- 8) (Em parte, se não no todo, se inclui no anterior) a possibilidade de eliminar a burocracia, de passarmos sem ela; começo da execução desta possibilidade;
- 9) Deslocar o centro de gravidade nas questões da democracia do reconhecimento formal de uma igualdade formal entre a burguesia e o proletariado, entre os pobres e os ricos, para a realização prática do desfrute da liberdade (democracia) por parte da massa trabalhadora e explorada da população;
- 10) O desenvolvimento posterior da organização soviética do Estado deve consistir em que todo membro do soviete cumpra obrigatoriamente um trabalho permanente na administração do Estado, paralelamente com a participação nas reuniões dos sovietes; e além disso, que toda população, sem exceção, seja incorporada paulatinamente, tanto na organização dos sovietes, na condição de que se subordine às organizações dos trabalhadores) como no serviço da administração estatal.

(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXVIII, Akal Editor)



R\$ 30

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS

Lênin estrategista da revolução proletária

Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

LANÇAMENTO LIVRO

Lênin estrategista da revolução proletária

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

FOR
Marxismo
Teoria e Programa

Nova Coleção Editorial